

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 20 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO 6.561

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 043ª Sessão Ordinária realizada em 06/06/2013.....2 Ata da 044ª Sessão Ordinária realizada em 11/06/2013.....4</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....10 Ato da Mesa DL.....11</p> <p>Publicações Diversas Extratos.....11 Ofício.....16 Portarias.....16 Projeto de Lei.....20</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Digital, nesta manhã de quinta-feira, assomo à tribuna para repercutir um evento ocorrido nesta semana, aqui, nesta Capital, que foi a assembleia extraordinária dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, convocada pela associação dos praças, Aprasc, e pelas demais entidades representativas da categoria, associação dos

subtenentes e sargentos, dos cabos e soldados, dos bombeiros.

Foi uma assembleia marcada por uma participação superior à expectativa dos organizadores. Calcula-se que entre 1.300 e 1.500 praças estiveram presentes na sede da Associação Catarinense de Medicina, no bairro Saco Grande, para debater esse momento, especificamente, a situação salarial.

Essa foi a maior mobilização da categoria desde aquele dezembro de 2008, quando houve o movimento que paralisou parte da Segurança Pública do estado de Santa Catarina na luta pelo cumprimento da lei salarial do então governo de Luiz Henrique da Silveira. Desde então, portanto, há quatro anos e meio, a categoria estava meio dispersa e paralisada, as assembleias eram pequenas, com pouca presença, e vemos agora, novamente, a categoria em alta, participando preocupada com as questões de maior interesse, e não é para menos. Há debates sobre a questão salarial da categoria que tem preocupado com a maioria dos servidores da Segurança Pública, mais especificamente os servidores militares.

Propostas de remuneração para os militares estaduais, policiais e bombeiros têm circulado nas esferas de comando, nas secretarias de governo e, não obstante, algumas delas com números impressionantes e até atrativos, vamos dizer assim, incluindo algumas retiradas de direitos conquistados pela categoria, que são muito valorizados, como por exemplo a jornada de

trabalho, uma lei de 1995. Inclusive, praças de outros estados da federação buscam copiar o modelo de legislação, de jornada de trabalho dos servidores militares estaduais, já que essa foi uma conquista importante na década de 90, que definia em lei que a jornada do policial militar é de 40h e, para além disso, o estado precisa pagar o serviço extraordinário, chamado de estímulo operacional, que funciona na mesma regra e na mesma lógica da hora extra.

Isso foi muito importante - e não pelo dinheiro que hoje em dia, inclusive desgraçadamente, faz parte do orçamento desses profissionais de segurança pública -, porque definiu pela primeira vez em mais de um século e meio que o policial e o bombeiro militar têm direito a uma vida social, a ter folga, a conviver com a família, a tentar estudar, porque terá uma jornada de trabalho parecida com a de todos os outros trabalhadores da sociedade.

Esse é um direito. E além desse há a progressão, os chamados triênios, o adicional por tempo de serviço, a vintenária, um direito que também está consagrado historicamente, a remuneração do posto posterior na passagem para a reserva, e isso é muito importante, especialmente para os sargentos, para quem já é ou pretende ser sargento. Esse é um direito muito importante, embora seja importante para todos os servidores militares.

Então, existe uma preocupação de que, apresentando números bonitos, atrativos, em termos de salário, possam, de repente, subtrair

alguns direitos desses, e daí o governo vir até dizer que concorda com isso, mas o valor do salário está muito alto. Portanto, por meia dúzia de patacas, acabamos trocando vários direitos importantes que foram conquistados ao longo de décadas de sofrimento.

A assembleia pronunciou-se nesse sentido pela não retirada de nenhum direito e pela busca por um salário digno para todos os servidores militares do estado.

Houve uma caminhada até o palácio do governo e inclusive houve uma interlocução com o secretário da Administração, Derly Anunciação, no sentido de apresentar esse sentimento e esses pressupostos. O secretário e o governo têm respondido positivamente, dizendo, inclusive, que estão na linha da não retirada de direito. E o compromisso do Palácio é que até o dia 17 deste mês de junho apresente uma proposta de política salarial para os servidores militares estaduais, os policiais e bombeiros militares.

Outros segmentos do serviço público já tiveram um tratamento - nem tanto quanto gostariam, mas tiveram - já neste ano de 2013, e os militares estaduais ainda estão aguardando.

É evidente que se tem a expectativa de que se possa, efetivamente, melhorar o salário e preservar os direitos, inclusive debater a melhoria da carreira dos servidores militares. Essa é a grande expectativa da imensa maioria do contingente policial e bombeiro militar do estado de Santa Catarina.

Como pudemos nos pronunciar lá, queremos reiterar aqui que o nosso mandato sempre esteve, está e estará à disposição das demandas da categoria de onde somos oriundos. E o motivo pelo qual viemos para este Parlamento foi para representar a sociedade catarinense e para estar muito ligado permanentemente às demandas, aos anseios, às angústias e às reivindicações dos militares estaduais, especificamente dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Então, portanto, esse mandato, como sempre gostamos de frisar, estará subordinado à vontade e à deliberação coletiva dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Quero parabenizar a nova diretoria da Aprasc, da qual eu não faço parte - enfim, não sou mais diretor depois de 12 anos -, todos os diretores, todas as lideranças regionais e todos os praças que se mobilizaram, e que estão mobilizados, na busca de um salário digno, de uma carreira mais dignificante e da manutenção dos direitos historicamente conquistados.

Outro assunto a que quero me referir foi a presença, ontem, no final da tarde, nesta tribuna, do sr. Lucio Dias da Silva Filho, da Aliança Nativa e representando outras entidades em defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico e cultural da Grande Florianópolis, que veio falar sobre a Ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926. Ou seja, até 1926, há 80 e poucos anos apenas, o único meio de transporte entre ilha e continente... Em 1926, foi inaugurada a ponte. Então vivemos desses extremos, desses opostos.

Falando na Ponte Hercílio Luz, há 22 anos fechada e que no final da década de 80 abriu, gostaria de registrar que tive a oportunidade de caminhar uma única vez sobre a ponte Hercílio Luz, há 24 anos. Ela foi fechada porque tinha problemas de segurança. E todos os governos têm reformado a Ponte Hercílio Luz, mas ela não reabriu. Fala-se até que ela vai cair, outros dizem que seria até bom que se derrubasse a ponte. Sempre achei isso uma insanidade, porque ela é um dos principais, senão o principal, cartão postal de Santa Catarina, que atrai turistas, atrai a atenção de todos os lugares do Brasil, da América Latina, inclusive do mundo.

Além disso, existe a sua importância quanto ao patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e, por que não dizer, pode ser usada como meio de mobilidade ainda. Quantos quilômetros separam o bairro Estreito, populoso, com milhares, dezenas de milhares de pessoas, do centro da cidade? Alguns poucos quilômetros.

Então, com a ponte recuperada, com uma via de ciclismo, com certeza, ajudará a desafogar os engarrafamentos da Grande Florianópolis. E todos que moram no Estreito podem vir de bicicleta ou caminhando para o trabalho, no centro de Florianópolis, ou vice-versa. Então, esses elementos têm que ser refletidos, debatidos e temos que saber por que demora tanto reformar uma ponte. Daria para fazer uma nova, ou umas quatro, cinco, nesse tempo. Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero hoje fazer um comentário sobre o Projeto de Lei Complementar n. 0416, que passou na Câmara dos Deputados e que visa permitir a partir de agora a criação novamente, não só a criação, mas a criação, a incorporação, a fusão, o desmembramento ou a instalação de novos municípios no Brasil.

Gostaria de ressaltar um pouquinho aqui historicamente que até 1980 tínhamos no Brasil 3.974 municípios. Depois, de 1980 a 1988, aumentaram mais 173 municípios, de 1988 a 1990 mais 315 municípios. E chegamos em 1996 com 4.987 municípios, e agora temos 5.565 municípios no Brasil. Destaco que em Santa Catarina temos, a partir deste ano, 295 municípios.

O princípio básico da criação de novos municípios sempre tinha autorização das Assembleias Legislativas. Cada um em seu estado fazia a legislação para a criação de novos municípios, e a ideia principal era que a descentralização do Poder viria a beneficiar a população. As cidades, mesmo que pequenas, mas tendo uma prefeitura, poderiam aplicar melhor seus recursos naquela região.

Em alguns países a divisão do bolo tributário, a divisão da renda pública acontece tendo em vista que o principal fator para esta divisão é a população. Por isso, considerando que a população é o maior coeficiente para a promoção da divisão da renda, se o município tem muitos habitantes, vai receber um valor maior. Se o município é pequeno, recebe um valor menor. Isso significa que também não existe muita preocupação se o município é grande ou pequeno, porque a divisão do bolo tributário aconteceria, como acontece, por exemplo, em países como Alemanha, Itália, na maioria dos países europeus, onde o princípio divisor da renda pública é o número de habitantes.

Aqui, no Brasil, infelizmente, não é, porque o fator populacional é um dos fatores muito pequenos. Vale muito mais o fator econômico. Ou seja, o município, quanto mais produz, se ele tiver indústria que produz, que vende mercadoria, tem um retorno de ICMS maior.

Ora, aparentemente até parece justo, mas se olharmos com mais detalhes, veremos que não é. Justamente porque esses tributos, o ICMS, por exemplo... Em um município que produz muita energia elétrica o ICMS é pago pelo consumidor. E o consumidor não está naquele município, na maioria das vezes está longe. Vale a mesma coisa para a produção de geladeiras, carros, cerveja, enfim, existem muitos municípios que são essencialmente consumidores, às vezes municípios ditos dormitórios, porque trabalham, compram e vendem em municípios vizinhos, e lá no seu município não tem a sua contabilização.

Por isso, melhor seria que, em vez de dividirmos o bolo tributário pelo índice do movimento econômico, aumentasse o coeficiente populacional, aumentasse o peso do número de habitantes para fazer a divisão tributária.

No Brasil, ainda não é assim. Em alguns países já se observa isso. Por isso, quando nós comparamos o Brasil com a Alemanha, a

Alemanha, mesmo sendo muito menor do que nós, tem muito mais municípios. Se lá tem tantos municípios, porque aqui não podemos ter mais também? Podemos até ter mais, mas então precisamos mudar o princípio da divisão do bolo tributário, considerando mais o número de habitantes no lugar, no movimento econômico, como é usado.

Enfim, agora o PL n. 416 permite a criação de novos municípios, não só a criação, a incorporação, a fusão, porque poderia acontecer de municípios pequenos resolverem se juntar novamente. Aqui em Santa Catarina temos municípios que têm 1.100, 1.200 eleitores; temos uma imensidão de municípios onde o número de habitantes não passa de dois mil, três mil, que agora já estão consolidados.

Eu imagino que muito raramente possa haver algum município que queira fazer a fusão, ou seja, de duas, três prefeituras fazer uma só. Mas teoricamente o projeto de lei até permite isso.

Então, ele estabelece alguns critérios. E pelos encaminhamentos que temos no Brasil poderá haver ainda a criação de 150 municípios. No entanto, para haver essa criação não basta apenas ter o desejo da população de um distrito, como era alguns anos atrás. Quando se queria fazer a emancipação, encaminhava para a Assembleia, fazia o processo e reinstalava um novo município.

Agora, primeiramente tem que haver um número percentual de eleitores daquele distrito que quer fazer o encaminhamento; segundo, certo número de habitantes: se for na região norte e centro-oeste, precisará ter no mínimo 6.008 habitantes; no nordeste, 8.411; e no sul e sudeste seria 12.016 habitantes.

Certamente teriam, aqui em Santa Catarina, alguns distritos que poderiam fazer seu encaminhamento tendo esses quesitos, mas terá que haver também um plebiscito para votarem. No entanto, colocam alguns critérios em minha opinião importantes justamente para coibir a criação inadvertida de novos municípios. Além disso, o distrito terá que demonstrar, no processo de encaminhamento, que tem um núcleo urbano, estimativas de despesa e de arrecadação, viabilidade econômica e administrativa e viabilidade de infraestrutura.

Por isso cumprimento aqui os nossos deputados federais que também aprovaram esse projeto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Na ausência de oradores deste partido, o próximo será o PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, temos ouvido, desta tribuna, e temos feito parte de um debate importante a respeito do financiamento da Saúde, no Brasil, e da atual sistemática, inclusive, de funcionamento do nosso Sistema Único de Saúde.

Agora há toda uma discussão da nova pactuação das redes de urgência e emergência, que estão sendo apresentadas pelo ministério da Saúde como uma forma de salvar e revitalizar os hospitais, de promover novos serviços, colocar dinheiro novo na saúde.

É normal que tenha também a discussão no sentido das dúvidas até mesmo dos hospitais, de prestadores de serviço, para saber como isso vai efetivamente funcionar. E, por isso, os debates são importantes, assim como os esclarecimentos nesta Casa. Além da comissão de Saúde, há também uma Frente Parlamentar que discute isso para que tenhamos claro como é que vai funcionar essa nova rede de urgência e emergência. Num primeiro momento, antes de todos os demais esclarecimentos, estamos caminhando na linha de que pode ser realmente uma perspectiva importante para os nossos hospitais, para o atendimento à saúde.

Citei há alguns dias, quando estava na região meio-oeste, a questão da rede que será formada por 55 municípios, em que hospitais, por exemplo, o Hospital Maicé, de Caçador, o Hospital Santa Terezinha, de Joaçaba, o Hospital São Francisco, de Concórdia, o Hospital de Curitiba, entre outros, receberão recursos de R\$ 30 milhões, que poderão ser acessados, também projetos individuais, além do pagamento de serviços, que serão diferenciados, da Central Única de Regulação de Marcação de Consultas.

Então, acredito que se está abrindo uma nova perspectiva para o atendimento na área do SUS dos nossos hospitais.

Creio que se está encaminhando bem. É claro que precisa esclarecer melhor isso, trazer mais informações para que possamos ter uma posição definida sobre esse assunto.

Digo isso para servir de reflexão, pois precisamos, de maneira geral, os estados, os municípios e a união, investir mais em saúde. E aqui mesmo no estado, segundo informou a imprensa, as contas do governo no ano passado foram apreciadas, e na análise das contas constatou-se que os percentuais mínimos de saúde, educação não foram cumpridos. No caso do estado, que corresponde a 12%, chegou a pouco mais de 10% na saúde; quanto aos 25% da educação, também não atingiu esse percentual.

Entendemos que isso é uma problemática porque quando se estabelece um mínimo, ele é o mínimo, e sempre se busca mais, pois a partir de um patamar mínimo se vai para cima e não dali para baixo. Vou citar um exemplo de salário. Há um salário mínimo nacional, mas a ideia é que se pague dali para cima. Assim são os percentuais de saúde e de educação, ou seja, há os mínimos que o estado tem que cumprir, assim como os municípios, e a partir daí tem que subir esse cumprimento para que tenhamos mais recursos.

Há inclusive municípios que já passam de 22%, 23%, até 25% de gasto em saúde. E passam de 30%, 31%, 32%, alguns chegando até 35%, em educação. Portanto, ficamos, deputado Sandro Silva, com dificuldade de entender por que o estado não cumpre o mínimo percentual exigido na área da Educação e da Saúde.

Há a necessidade de ampliar os atendimentos da área da Saúde, e percebemos que o não cumprimento dos percentuais, em vez de criar uma perspectiva de melhora, cria uma situação de dúvida.

Tenho inclusive uma emenda constitucional aqui, parecida com a emenda que o deputado Dado Cherm fez apresentar, e que foi aprovada, em relação a cálculo desses percentuais.

Na área da Saúde, eram incluídos gastos que não deveriam ser incluídos para o cálculo dos 12%, especialmente a conta do pagamento do salário dos inativos. O deputado

Dado Cherm fez uma emenda, aprovada por nós, na Casa, excluindo essa parte. E agora nessa legislatura fiz uma proposta de emenda constitucional semelhante, mas aí relacionada à Educação, porque também não podem ser incluídos aqueles pagamentos que devem ser feitos com recursos do estado.

Então, estou preocupado com essa situação em Santa Catarina, porque essa revelação feita de que os percentuais mínimos da Educação e da Saúde não foram comprometidos nos deixam bastante preocupados. E no caso específico, que é o tema que comecei abordando aqui, da área da Saúde, mais ainda em função de que há uma expectativa geral de Santa Catarina de melhorias nessa área, há esse debate do SUS da nova rede de urgência e emergência, mas se cada ente federativo não fizer a sua parte não vai funcionar direito.

É importante saber, esclarecer e sempre repetir que o SUS é integrado, ele é apenas governo, estado ou município. São os três entes federativos trabalhando em conjunto. É claro que quando há gestão plena em algum município, ele tem autonomia para fazer a gestão, mas dentro das normas determinadas pelo SUS, inclusive o estado também, com a sua participação.

Então, quero deixar registrada a nossa preocupação do não atendimento desses percentuais mínimos pelo estado e a perspectiva de que para este ano, para os próximos anos, não só se atenda a esses limites constitucionais mínimos, mas se avance para além dos mínimos constitucionais, para termos mais recursos aqui, no estado de Santa Catarina, já que os municípios, na sua média, aplicam mais em Saúde e Educação.

No âmbito nacional, repito, essa discussão das redes de urgência e emergência que está sendo feita, creio que vai criar uma perspectiva nova para os hospitais. Reconheço que os hospitais ainda estão um pouco, entre aspas, assustados, porque sempre que vem uma coisa nova é diferente, mas pelo que estamos vendo das informações se criaram perspectivas para esses hospitais terem mais recursos, terem uma ampliação da sua capacidade de atendimento para atenderem melhor e fazer aquilo que todos queremos para a saúde.

Por fim, quero citar um exemplo para dizer que temos que defender o SUS, obviamente não citando nomes. Deputada Ana Paula Lima, há pouco tempo, uma pessoa conhecida da gente, amiga da gente, teve um problema repentino, um problema grave de câncer. Ela tem plano de saúde, mas quando a coisa apertou foi o SUS que a socorreu; o próprio hospital onde ela estava recomendou que ela fosse ao SUS. E em dois ou três dias ela já estava sendo tratada pelo SUS.

Nas horas de aperto, às vezes, se fala muito do SUS, mas temos até que falar para melhorar o atendimento do SUS, e nesse caso

específico foi o SUS que encaminhou aquilo que foi a solução para o caso dessa pessoa a quem me refiro, sem dizer nomes, mas para dizer da importância do nosso Sistema Único de Saúde.

Antes de encerrar gostaria de cumprimentar o Geovani João Rocha, primeiro vereador do PT em Treze de Maio, e também o Claudinor Dias Pereira, do PT de Laguna, que estão acompanhando a sessão neste dia.

Sejam todos bem-vindos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0510/2010 e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0020/2013, 0033/2013, 0207/2012, 0476/2012, 0517/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 032/2013, 0043/2013, 0048/2013, 0050/2013, 0052/2013, 0063/2013, 0102/2013, 0116/2013, 0117/2013, 0129/2013, 0589/2012, 0613/2012, 0617/2012, 0660/2012, 0661/2012, todos de entidade social, com documentação para a manutenção do título.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0340/2013 e 0341/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0342/2013, deputado Sílvio Dreveck, e 0343/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0605/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0606/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, e 0607/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para Explicação Pessoal.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas,

telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta terça-feira quero me reportar ao grande evento da agricultura, acontecido na Fiesc, com a presença do governador do estado, Raimundo Colombo, do presidente da Fiesc, dr. Glauco, do nosso cônsul no Japão, Yoschio Uchiyama, de autoridades do setor da agroindústria, de representantes de sindicatos, de federações, de secretários e do deputado Moacir Sopesa, um incansável batalhador da agricultura e ex-secretário.

Nós estivemos lá para realmente ver com entusiasmo a grande façanha do estado de Santa Catarina em ser aceito pela comunidade japonesa, pelo Japão, como um estado livre de febre aftosa.

Em Paris, no dia 24 de maio de 2007, fomos declarados um estado livre de febre aftosa. Com certeza foi um grande evento que fez com que o estado de Santa Catarina começasse a ser o maior exportador de suínos do Brasil, um estado pujante, que cada vez mais cresce em dividendos.

Essa grande transação comercial entre o Brasil e o Japão faz com que Santa Catarina tenha a sua exportação diversificada para os Estados Unidos, o Japão, a Ásia e a China. Portanto, os dividendos e os mercados que estão sendo alcançados fazem com que Santa Catarina se fortifique cada vez mais no lado comercial.

Parabéns ao governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira por esse grande feito!

Mas eu queria me reportar, hoje, também a uma importante audiência pública realizada na cidade de Joinville, mais precisamente na Associação Comercial de Joinville, com a presença do ex-governador Luiz Henrique da Silveira; do prefeito Udo Döhler; do presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Mário Cezar de Aguiar; e que por sinal é o nome do meu pai; e também do diretor do Porto de São Francisco do Sul e do diretor do Porto de Itapoá, mostrando o interesse portuário nessa importante discussão sobre a ferrovia.

Essa ferrovia está sendo marcada por discussões como a que vou apresentar aqui agora. A ferrovia que se fala entre Chapecó e Itajaí tem um grande empecilho que se chama a represa do Salto Pião. Parece que temos dificuldade de contornar essa represa para o traçado ferroviário, mas esse é um detalhe. E a nossa ideia é que a ferrovia a ser feita seja a ferrovia que vem do traçado de Maracaju, que passa por Eldorado, Cascavel, Guarapuava, Chapecó, Herval do Oeste, Caçador, Porto União, Mafra, Jaraguá do Sul, Corupá, São Bento do Sul e vai a São Francisco do Sul.

Para que a Ferrovia do Frango chegue a Itajaí que se faça já a parte da ferrovia litorânea. De São Francisco a Itajaí são apenas 70 quilômetros. Portanto, temos uma via importante ferroviária a ser discutida. Por que discutir essa via? Porque já existe um leito ferroviário. Se já existe um leito ferroviário, não precisamos de licença ambiental para esse leito ferroviário. Não precisamos fazer uma ferrovia nova; precisamos, isto sim, do reperfilamento dessa ferrovia. Se fizermos o reperfilamento dessa ferrovia, vamos ter muito mais agilidade. Vamos ter menos gastos econômicos, portanto, mais rendimento. E vamos ter tempo de uma construção mais rápida.

Esse reperfilamento é que em algumas curvas da atual ferrovia temos que fazer uma retificação, para quê? Para que os trens modernos tenham uma velocidade maior. Se tivermos um ângulo de curvatura muito grande, vamos fazer com que o trem, ao trafegar nesse ângulo de curvatura maior, tenha a sua velocidade diminuída. E mais, não pensemos somente na ferrovia dos grãos, na ferrovia do milho precisamente, porque Santa Catarina é um dos maiores criadores de frango do Brasil e precisa também alimentar essa cadeia. A cadeia alimentar do frango precisa ser alimentada com milho, e milho barato vem através do transporte ferroviário.

Temos também que pensar que nós do planalto norte temos a maior área de reflorestamento do estado de Santa Catarina e que vamos transportar pinos, eucaliptos, soja, milho, feijão e outros produtos que lá produzimos.

Portanto, sem dúvida nenhuma, a importância que temos hoje da ferrovia é a redenção do planalto norte. Primeiro, faz 100 anos que não temos a construção de um quilômetro de ferrovia no estado de Santa Catarina - desde a Guerra do Contestado. Precisamos acordar, porque as rodovias estão superlotadas, as rodovias no futuro não vão comportar mais o transporte de caminhões. Temos que partir para a segunda via, e a segunda via é a ferrovia.

Por isso, quero agradecer a presença dos prefeitos do planalto norte que lá estiveram, dos presidentes das Câmaras de Vereadores que vieram. Foram mais de 100 pessoas participando dessa importante audiência pública, na cidade de Joinville, mais precisamente na Associação Comercial de Joinville. Tivemos uma grande repercussão com o discurso do senador Luiz Henrique da Silveira chamando a ferrovia de Ferrovia dos Grãos. Portanto,

temos motivos importantes para que o governo federal faça, sim, uma revisão na sua planificação.

Estamos pedindo a revitalização de uma ferrovia já existente. Portanto, a construção de uma nova ferrovia pode acontecer? Pode. Mas é mais fácil fazer a revitalização dessa ferrovia, que faz também com que a história seja resgatada, a história do Contestado.

Quando nos tiraram a ferrovia, em 1970, o governo federal praticamente extinguiu a ferrovia São Paulo/Rio Grande do Sul, dando de graça para a ALL essa importante ferrovia. A ALL nada mais nada menos vilipendiou a nossa ferrovia em nível de planalto norte; trocaram os trilhos bons por trilhos ruins, fizeram com que os dormentes da estrada de ferro, aqueles dormentes de imbuia, fossem retirados e colocados dormentes usados de outros locais. Isso, sim, é fazer com que uma ferrovia seja deteriorada. E foi o que aconteceu.

A ALL lá na Argentina foi cassada. A presidente da Argentina cassou a ALL na Argentina. E a presidente Dilma tem que fazer a mesma coisa, cassar a concessão da ALL no estado de Santa Catarina. Temos a certeza de que é um belo exemplo ferroviário, um belo exemplo argentino a ser seguido no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Antônio Aguiar.

Parabéns pelo seu pronunciamento; participo dessa sua indignação, não só do norte, mas também do Brasil. A história das ferrovias no Brasil é uma história à parte.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu queria me reportar aqui à morte de Vanda Renata da Silva, uma professora que foi asfixiada, está aqui no laudo médico asfixia por estrangulamento, acontecido na cidade de Florianópolis.

Nós temos uma grande reivindicação que se chama: O grito pela cultura da paz. Essa reivindicação é feita pelo jornalista Agnaldo Godoy, Madalena, Luci e Marisa, sobrinha da pessoa assassinada.

Então, o grito pela segurança pública é o nosso apelo, a nossa indignação, para que realmente haja um encaminhamento e se descubra quem praticou tamanha barbaridade.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Será feito o registro, sr. deputado.

Com a palavra, por até dez minutos, o deputado Moacir Sopesla, ex-secretário da Agricultura, decano desta Casa, que com certeza vem na sua fala falar do grande momento que Santa Catarina vive, que é a aceitação pela comunidade japonesa da importação dos nossos suínos produzidos em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, agradeço pelas palavras e gostaria de cumprimentá-lo.

Notamos a sua ausência por alguns dias nesta Casa, e quero desejar-lhe um bom regresso. Sei também que a sua ausência foi por uma boa causa.

Srs. deputados, sras. deputadas, já ouvi o deputado Antônio Aguiar, e estivemos juntos na Fiesc, no dia de ontem, falar sobre o bom momento que vivemos em Santa Catarina no painel que a Fiesc pôde fazer sobre a abertura do mercado catarinense de carne suína para o mercado do Japão.

Como v.e.a. disse, o presidente da Fiesc, dr. Glauco Corte, e o nosso governador Raimundo Colombo colocaram com alegria o momento que estamos vivendo.

Também estavam presentes o cônsul do Japão para a região sul, Yoshio Uchiyama, e seus técnicos, a assessoria de negócios externos da embaixada do Japão no Brasil, o nosso secretário da Agricultura, João Rodrigues, o ex-secretário, ex-deputado Odacir Zonta, o nosso colega deputado Antonio Aguiar, os nossos empresários da indústria da carne, do Sindicato, das associações, especialmente da Associação dos Criadores de Suínos.

Uma das coisas que me chamou a atenção e até me comoveu, deputado Antônio Aguiar, deputado

Neodi Saretta, foi o dr. Victor Fontana, srs. deputados, sras. deputadas, com 96 anos, lembrar o nome de meu pai, Faustino Sopesla, quando juntos, há 60 anos, deputado Kennedy Nunes, procuraram difundir a suinocultura como a carne para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

O dr. Victor Fontana dizia que naquela época um suíno precisava de três anos para adquirir o peso de 100 quilos. O dr. Victor Fontana, meu pai e um veterinário elaboraram um alimento, com milho, soja e farinha de carne, mudaram alguma coisa da genética e conquistaram, na época, um porco pesando 100 quilos, com oito meses.

Hoje, em menos de quatro meses, temos 100 quilos. Mas na época, como v.e.a. disse, foi de três para um. E o dr. Victor Fontana, com 96 anos, ainda com a memória que tem, dá inveja a qualquer um. Que Deus abençoe o dr. Victor e que ele possa viver por muitos e muitos anos.

Neste momento estamos eufóricos. Os negócios ainda não aconteceram, mas para se ter uma ideia o Japão compra dos Estados Unidos 44% de carne, 20% do Canadá e 15% da Dinamarca. O Japão importa 800 mil toneladas de carne suína por ano, ou seja, um valor de mais de US\$ 5,5 milhões. E é nessa fatia que queremos embarcar. Eu sei que é difícil!

O cônsul do Japão também disse que o país pretende diversificar os seus fornecedores. Isso é importante para todos nós. Também destacou que é a primeira vez que o Japão compra de um estado, de uma região algum produto de um que não é todo considerado livre de febre aftosa sem vacinação, como é o nosso caso. A expectativa do Brasil é alcançar 15% do mercado, e neste ano em torno de 100 mil toneladas. Santa Catarina tem atualmente um abate inspecionado de oito milhões de cabeças ao ano e 8.500 produtores, e já fomos mais de 60 mil.

Em 2012, exportamos 207 mil toneladas de carne suína, perfazendo um total de US\$ 519 milhões em divisas para o nosso e estado e nosso país. Somos o quarto produtor nas exportações de carne. Em 2011 conseguimos a abertura do mercado da China; em 2012, do mercado dos Estados Unidos; e em 2013, o mercado do Japão. Também foi dito pelo cônsul japonês que em uma pesquisa realizada no Japão os produtos brasileiros, no caso, o frango catarinense, são mais gostosos e que consideram a qualidade muito segura. Isso é importante para todos nós.

Tenho que lembrar um pouco de como foi conseguida essa história. Em 78 tivemos a peste suína africana, quando os nossos produtores pagaram um preço caro, o país pagou e o estado pagou. Eu não conheci a dita peste, só ouvi pela imprensa e vi animais mortos, que foram sacrificados pelo Exército. Não cheguei a ver nem tenho a notícia de alguém que viu animais mortos pela doença. Mas nós pagamos a conta.

Em 2001, Santa Catarina suspendeu a vacinação e em 2007 a organização mundial nos considerou estado livre de febre aftosa. Mas para chegar até aí teve o sacrifício muito forte do produtor. Claro que teve o investimento do poder público e das indústrias, mas na ponta principal estavam os nossos produtores.

Hoje, o instituto Icasa, que entre técnicos e auxiliares são mais de 300 pessoas, a Cidasc e a secretaria da Agricultura criaram uma estrutura que dá segurança para mantermos essa qualidade sanitária. E coloco isso para dizer que espero que com essa abertura possamos ver a ponta principal ganhar um pouco de dinheiro. Precisamos que a indústria se convença de que o nosso produtor também precisa participar desse lucro das importações no momento em que elas acontecerem. As propriedades agrícolas estão ficando velhas, os produtores estão ficando velhos, as instalações estão ficando velhas, os jovens estão deixando o campo.

Então, precisamos do e do setor de produtividade, que o setor agrícola e que o nosso agronegócio cresçam, mas cresçam junto com os nossos produtores. Estamos vivendo um bom momento e esperamos que ele se concretize de fato e que possamos dividir essa alegria com todos, mas especialmente com o nosso produtor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Também entendemos a importância que tem essa abertura de mercado, até por conta de que o mercado japonês é extremamente exigente. Para que eles possam ter feito essa abertura, com certeza, Santa Catarina sai ganhando.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero iniciar a nossa semana legislativa lamentando a morte, por homicídio, que aconteceu na tarde do último domingo, aqui na capital, no bairro Costeira, de um companheiro policial militar, sargento Cláudio.

O sargento Cláudio estava visitando seus parentes na Costeira, e um sobrinho se envolveu numa discussão com o vizinho. Ele foi intervir e acabou sendo atacado, provavelmente pelas costas, por um sujeito com uma arma branca, uma faca de tamanho grande.

O sargento Cláudio morreu dentro da própria casa, inclusive o agente não permitiu o ingresso de ninguém, sequer para prestar socorro, e ali mesmo o sargento Cláudio agonizou e morreu. Um filho seu também foi esfaqueado pelo filho do marginal. Sim, marginal!

Não tem que dizer que foi uma briga de família e que o sargento foi lá intervir, não. Esse sujeito que matou o sargento Cláudio tem diversas passagens pela Polícia e saiu da penitenciária de Florianópolis, na Trindade, há alguns dias. Com certeza ganhou os benefícios da lei a partir de uma avaliação de que ele estava no caminho da ressocialização, sadia, e matou esse companheiro nosso.

Para nós é uma tristeza maior, porque convivemos com o Cláudio por um longo período, realizamos juntos o curso de cabo, na década de 80, 1987, no 4º Batalhão, que durou de março de 87 a setembro do mesmo ano.

Companheiro sempre alegre, disposto, trabalhador, comprometido com o serviço, sempre à disposição do serviço, de prestar o bom serviço, sempre voluntarioso, alegre e disposto a receber bem os companheiros, os amigos e a tratar todo mundo de forma cordial e elegante.

Então, o nosso lamento, a nossa homenagem ao companheiro que, infelizmente, um marginal tirou a vida. Ele estava chegando aos 30 anos de serviço, esperando a última promoção da carreira de praça, subtenente, uma pessoa excepcional que por uma razão besta ou por uma razão de bandido que não gosta de polícia, evidentemente, razão de marginal, de vagabundo, perdeu a vida.

Ele, por certo, foi morto, inclusive, na boa-fé de que ia lá conversar e que jamais o oponente lhe desferiria uma facada, porque se ele imaginasse, se passasse pela cabeça dele essa possibilidade, ele não faria da forma como fez, inclusive porque estava armado, com arma de fogo. E o indivíduo matou com uma faca e fugiu com a arma de fogo do sargento Cláudio.

Era um ser humano que foi lá na perspectiva de intervir de forma a pacificar aquela situação, porque senão não seria morto estando armado. E acabou sendo morto justamente pela boa-fé, pela pessoa excepcional que era.

A nossa homenagem a esse companheiro, a nossa solidariedade a todos os familiares, que por certo não estão nos ouvindo, neste momento. E aqui o desejo de que o filho do sargento Cláudio, que estava ainda na UTI, também atingido por golpes de faca, possa se recuperar.

A nossa solidariedade a todos os policiais do 4º Batalhão, onde ele trabalhou por muito tempo, e da Polícia Rodoviária Estadual, naquele Posto 1 de Rationes, onde ele estava nos últimos anos trabalhando, com um excelente relacionamento com todos os companheiros policiais militares daquele posto e do conjunto da Polícia Militar Rodoviária.

Outro ponto que quero me referir é que esses episódios nos abalam e ficamos com dificuldade para tratar de outros assuntos, porque esses são os auspícios da profissão de policial. A profissão de policial civil ou militar tem esses pesos que às vezes não é visto de forma correta pelo estado, pelo conjunto das autoridades e mesmo pela sociedade. Noticiam-se muito quando o policial comete um erro, às vezes até

nem foi, mas é aquilo que alguém considera uma falha, então isso dá notícia. Não dá notícia a vida cotidiana do policial que num dia de passeio é acionado para uma situação que o leva à morte, pelo fato de ser policial e, por isso, as pessoas de bem esperam uma atitude dele, e as pessoas do mal, infelizmente, esperam e preparam-se para pegá-lo de surpresa, pelas costas.

Estou falando aqui de um policial militar, no caso, do sargento Cláudio, nosso amigo de longa data, mas essa é uma situação a que estão submetidos o conjunto dos bons servidores de segurança pública, seja da Polícia Militar, da Polícia Civil, do sistema prisional, do instituto de perícia ou do próprio Corpo de Bombeiros, sempre sujeitos a uma situação como essa e à dificuldade permanente de um convívio social, como se fosse uma pessoa normal da sociedade.

Isso acontece com os bons policiais, que inclusive são bons seres humanos, que não levam a maldade como elemento principal ou que têm desconfiança, porque às vezes como policial aprendemos a viver sempre numa atitude de suspeitar de qualquer situação, de qualquer pessoa. E o sargento Cláudio foi morto porque era policial e uma pessoa que, com certeza, tentou intervir de forma a amenizar a situação. Mais uma vez o nosso profundo lamento por mais essa morte de companheiro policial militar no nosso estado.

Outro assunto que também é importante falar hoje é com relação à greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo da Grande Florianópolis. E precisa que a greve ecloda, aconteça, para que fiquemos sabendo, apesar do filtro de muitos meios de comunicação, os motivos da greve. E o motivo dessa greve é porque os patrões não querem fazer a reposição do salário, ou seja, não querem reajustar o salário este ano, conforme o INPC, com o argumento que teriam prejuízo em virtude da redução da jornada de trabalho.

A última greve desses trabalhadores pela redução da jornada de trabalho foi intensa. Tiveram conquistas, uma redução parcial e a escalonada foi estabelecida como acordo para o final daquela greve. Agora estamos com outra greve, porque dessa vez os patrões que tiveram que aceitar a redução gradual da jornada de trabalho não querem repor as perdas da inflação, alegando que se fizerem isso terão que pagar mais pela hora de trabalho.

Então, fica óbvia a má-fé do patronato do transporte coletivo, não obstante tudo que se diga dos trabalhadores, mas reduziram a jornada de trabalho, o que levará em alguns anos à redução do salário. Esse é o fato que provocou a greve.

Torcemos para que haja entendimento na reunião de negociação que deve ter começado agora, depois das 14h, e que ainda hoje possa haver um acordo entre as partes, especialmente que os patrões do transporte coletivo cedam a essa reposição, e o serviço volte ao normal nas próximas horas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc Digital ou pessoalmente.

Sr. presidente, quero formular aqui um convite a todos os deputados desta Casa para participarem amanhã, quarta-feira, da nossa reunião ordinária da comissão de Saúde que vai receber uma comitiva da secretaria estadual da Saúde para apresentar um relatório sobre as Redes de Atenção em Saúde em Santa Catarina, sobre a sua implantação, que todos sabemos está, neste momento, andando a passos largos em consonância com o ministério da Saúde e com as secretarias municipais da Saúde. Quais são? O que faz parte? O que propõe cada uma dessas redes? Como fica a situação dos hospitais que

estão em crise, que são vários? Como podemos resolver essa situação?

Portanto, essa é uma novidade que o ministério da Saúde decidiu apresentar como um novo caminho.

Enquanto estamos debatendo, falando sobre a necessidade de haver um realinhamento na tabela do SUS, formamos uma comissão de especialistas e professores universitários e dirigentes hospitalares, mas numa reunião com o próprio ministro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no final de 2011, há quase 1 ano e meio, ele já anunciava que o caminho não era o realinhamento da tabela do SUS, mas as Redes de Atenção, as Redes de Urgência e Emergência, a Rede Cegonha, que abrange toda área materno-infantil, as gestantes e os recém-nascidos; a Rede de Atenção Psicossocial, que abrange toda a saúde mental, incluindo os dependentes químicos, a Rede para as Pessoas Portadoras de Doenças Crônicas e para as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Mas das três redes principais que nesse momento estão em andamento em Santa Catarina, a que começou mais cedo foi a Rede de Urgência e Emergência, na sequência a Rede Cegonha, e já está entrando também agora no planejamento nas reuniões regionais também a Rede de Atenção Psicossocial.

Então, todos os hospitais estavam com data marcada para fechar ou reduzir o atendimento, como o próprio Hospital Infantil Pequeno Anjo da minha cidade; o Hospital Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú; o Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas; o Hospital Santo Antônio, de Blumenau; e o Hospital de Azambuja. E assim poderia ficar enumerando aqui dezenas de hospitais por todo o estado que estavam com datas marcadas para fechar. E esse fato novo - e, felizmente, o ministério da Saúde e a secretaria estadual se juntaram e estão implantando essas redes no estado - veio também criar uma nova realidade. Tanto é que foi assim que conseguimos realinhar uma proposta para o hospital de Tijucas, evitando o seu fechamento.

É nesse sentido que acho que foi precipitada a posição da direção do Hospital de Azambuja, que muito antes do início da deflagração da implantação das redes já havia anunciado uma data para o seu fechamento, e acabou cumprindo essa data, quando, na verdade, nesse meio tempo surgiu essa possibilidade das Redes de Atenção.

Então, não há justificativa, porque o Hospital de Azambuja poderia estar habilitado, pelas reuniões que eu participei, como um hospital geral de portas abertas, podendo também se credenciar em ortopedia e neurocirurgia em alta complexidade. Ele poderia ser um Hospital do Tipo II, que já daria somente de custeio R\$ 300 mil por mês, mais a melhoria dos valores dos procedimentos.

Portanto, acho que a direção do hospital foi precipitada em manter a posição intransigente, e que inclusive culminou com a intervenção do prefeito Paulo Eccel, de Brusque, que teve que assumir, pelo município, a direção daquele hospital até segunda ordem. Entendo que o hospital vai, ao ser habilitado nas Redes de Atenção, conseguir dar a volta por cima e lá na frente poderá voltar para a sua antiga direção. Não havia necessidade de ter havido essa intransigência por parte da direção do Hospital de Azambuja.

Portanto, eu também estive, juntamente com os deputados da comissão de Saúde, Manoel Mota e Milton Scheffer, que são de Araranguá, na última sexta-feira, numa audiência pública em Araranguá para discutir a implantação da neonatologia e de uma unidade de gestação de alto risco no Hospital Regional de Araranguá. Foi uma discussão tranquila e agora perfeitamente possível a partir das Redes de Atenção, da Rede Cegonha.

Então, é uma discussão que seria muito árida e muito difícil, se fôssemos depender apenas da boa vontade da secretaria, ou como tradicionalmente se encaminhavam situações como essas. Mas agora com essa nova concepção das Redes de Atenção esse debate foi tranquilo, porque aquela região do extremo sul catarinense padece justamente desse atendimento, todos aqueles municípios da região têm falta desse atendimento. E o que temos de gestação de alto risco, neonatologia e de UTI neonatal para a região de Tubarão e Criciúma atende a apenas a demanda de

cada uma dessas regiões e não consegue atender a qualquer demanda que também venha do extremo sul.

Portanto, a reivindicação dos municípios do extremo sul catarinense, a partir do município sede, Araranguá, com o seu hospital regional, foi absolutamente precedente para que pudéssemos atender a essa expectativa da gestação de alto risco e da UTL neonatal a partir do que preconiza a Rede Cegonha.

Portanto, acho importante que os srs. deputados fiquem inteirados dessas portarias, dessas redes, porque os deputados são abordados nos seus municípios, nas suas regiões, por onde andam no estado, todos os deputados são abordados a respeito das situações dos hospitais, das dificuldades que os hospitais estão passando, da crise que os hospitais estão vivendo. E qual é o norte? Qual é a luz do fim do túnel? Qual é a solução para esses hospitais?

Acho importante que os srs. deputados possam compreender o significado das chamadas redes de atenção dessas portarias que norteiam essas chamadas redes de atenção e a partir delas poder orientar e também poder fazer parte do processo de solução para os hospitais que estão em crise.

Quero dizer que a solução não é só para os hospitais, nós falamos dos hospitais porque eles são uma ponta do sistema de saúde. Mas as redes de atenção começam já preconizando a melhoria do atendimento e já tem também recursos de custeio e investimentos na atenção básica. Inclusive, o ministério da Saúde está institucionalizando a atenção domiciliar, ou seja, para cada 20 mil habitantes uma equipe de saúde, que associada com as equipes de saúde da família visitaram pacientes que, em vez de se internarem em hospitais, ficaram internados em casa.

Portanto, é um novo sistema, um novo caminho para a saúde brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito bem deputado, o bom é saber que também agora nós lá em Joinville estamos tendo uma nova resposta a dar como um hospital filantrópico compra ouro com o lucro. Isso é de se estudar. Segundo a Advocacia-Geral da União, o Hospital Dona Helena, de Joinville, teria comprado ouro com o lucro do ano. Isso é coisa para estudarmos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, pessoas que aqui estão nos acompanhando no plenário, venho aqui falar sobre dois requerimentos que protocolei na Casa. Um é sobre um fato que acho de extrema importância na questão da segurança. E v.ex.a. trafega por ali constantemente, deputado Antônio Aguiar, que é a questão da serra Dona Francisca, principalmente na área do mirante. Quem sai do mirante, naquela curva, várias vezes acabamos acompanhando carros que se perdem ali e vão parar na grota. Então, estamos solicitando que o governo estadual construa áreas de escape como tem na BR-376, descendo a serra da Santa, antes de chegar a Garuva, para impedir que os motoristas acabem caindo na grota.

Também quero aproveitar para falar que é triste quando passamos por ali e vimos um monte de placas interditando os locais de visitação na serra. Locais que são para o uso público, para o uso das pessoas que fazem turismo e querem conhecer a serra. Então, fazemos esse pedido ao Deinfra, à superintendência de Joinville. para que dê uma atenção melhor na reforma, na manutenção daqueles pontos da serra Dona Francisca.

Também estou protocolando um requerimento, e já marquei reunião com o diretor regional da Celesc, o Jefferson, lá de Joinville, para tratar de um problema que se está tornando constante na região sul de Joinville, principalmente o Fátima, o Guanabara, o Paranaguá-Mirim, o Paraguarani, onde são constantes as quedas de energia, deputado Kennedy Nunes. Duas vezes por semana, pelo menos, durante duas ou três horas, os moradores da região sul estão passando por dificuldades, porque estão ficando se energia elétrica. E não são só as famílias

que sofrem com isso, mas também os comércios são prejudicados, porque trabalham com produtos perecíveis e, por isso, acabam perdendo o seu estoque.

Então, temos um requerimento protocolado na Casa referente a isso e precisamos que a Celesc, que tão bem atende ao nosso estado, atenda bem também aos moradores da região sul de Joinville, para que eles possam não sofrer tanto com as constantes quedas de energia, que têm se tornado cada vez mais frequentes naquela região.

Quero também parabenizar o deputado Antônio Aguiar por duas audiências públicas que ele capitaneou, na cidade de Joinville, uma foi sobre a educação, em que estive presente, na Câmara de Vereadores de Joinville, muito bem conduzida. Lá estiveram presentes representantes da Gerred, a professora Dalila Rosa Leal, o engenheiro Fabiano, diretores de escola, alunos. E conseguimos, de forma muito humanizada, conduzir toda a audiência pública.

Então, realmente, foi um ganho, pois tiramos uma nova reunião aqui em Florianópolis, na qual queremos, deputado Antônio Aguiar, que um representante da secretaria da Educação possa estar presente, para que realmente possamos buscar uma solução e conseguir uma solução para tantas escolas interditadas na cidade de Joinville.

A outra audiência pública foi a da ferrovia do planalto, na Acij, muito bem prestigiada. Os prefeitos de toda a região, vereadores, estiveram presentes naquela audiência pública que aconteceu na Acij, para discutir a tão importante obra para a região. E a partir de hoje todas as lideranças políticas da região precisam se unir, reunir, unir forças, para que consigamos realizar esse grande sonho que é essa ferrovia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de agradecer a sua presença, deputado Sandro Silva, juntamente com o deputado Darci de Matos, pois foi uma audiência importante da ferrovia, juntamente na audiência da Educação, quando v.ex.a. esteve presente, pelo prestigiamento e desempenho.

Agradeço o seu pronunciamento, a importância de um deputado de Joinville estar na Educação reivindicando e vendo o que podemos fazer melhor para a educação de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputados! Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, Hoje pela manhã, quando li a coluna do comentarista político e econômico Moacir Pereira, no Diário Catarinense, chamou-ME a atenção, deputado Kennedy Nunes, mais do que em outras oportunidades, a situação das greves no setor público.

Mais uma vez a nossa população de Florianópolis, da Grande Florianópolis, não falando só em Florianópolis, mas São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Paulo Lopes, entre outros municípios, está sendo prejudicada, e muito prejudicada, com ausências no trabalho, nas escolas, universidades, serviços, comércio de um modo geral, de tal modo que o prejuízo é muito grande em todos os sentidos, além de trazer problemas gravíssimos, como disse muito bem o comentarista Moacir Pereira, ao serviço de saúde, pois as pessoas estão nos hospitais precisando de cirurgia, de um exame de alta complexidade, de uma consulta, muitas vezes ou de qualquer tipo de serviço. E essas pessoas não têm como esperar

E por que isso acontece no Brasil? Em 1988, a nossa Constituição estabeleceu o direito de greve, que é legítimo porque está amparado na Constituição. O interessante é que no setor privado, deputado Moacir Sopena, foi regulamentado o direito

de greve. No serviço público, há mais de 25 anos, essa legislação não foi regulamentada.

Os prejuízos são enormes para a sociedade brasileira, ou seja, para a população brasileira, porque mesmo que aconteçam as greves no governo do estado, por exemplo, as paralisações, em outras palavras, são pagas mesmo com a ausência no trabalho.

Em outros países também há o direito de greve, mas está regulamentado como fazer, seja no serviço de saúde, de educação, de transporte público, porque são empresas que fazem através de concessão. Portanto, não deixa de ser um serviço público concedido. E aqui lamentavelmente não se vê uma manifestação na esfera federal ou de iniciativa do Congresso Nacional ou de iniciativa do Executivo, ou seja, do governo federal, para regulamentar a greve. Ora, se não regulamentar, vamos continuar cada vez mais prejudicando a população.

Não quero entrar no mérito do direito à reposição, porque é legítima a reposição de inflação. Como não conheço os termos da negociação, não vou me manifestar sobre isso. Entendo que é justo de no mínimo repor a inflação. Agora, não pode é romper as relações de negociação e acontecer o que estamos vivenciando aqui na Grande Florianópolis.

Deputado Valmir Comin, desde o ano 2000 essas greves têm se repetido anualmente. E principalmente quando há esse movimento como vi ontem numa assembleia, se não me falha a memória, através da RBS ou TVCOM, dos colaboradores do transporte coletivo, quando o presidente do sindicato colocava em votação para saber quem estava de acordo ou não. Quem não estivesse concordando com a proposição da greve, da continuação da greve, teria que levantar a mão. E pudemos ouvir a fala de alguém daquele sindicato dizendo que aqueles que não levantassem a mão iriam apanhar.

Ora, que democracia e essa numa assembleia? No mínimo é de se lamentar. Mas quero dar destaque à ausência, à omissão, à falta de regulamentação do direito de greve no serviço público. Enquanto isso não houver, vamos conviver com o que aconteceu na Grande Florianópolis, onde mais de 250 mil passageiros são prejudicados em suas atividades, por conta de um desentendimento, por conta de uma lei que ainda não está regulamentada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Digital e pela TVAL, os catarinenses que nos estão acompanhando.

Chegamos, no dia de ontem, de uma viagem de estudos que fizemos à Dinamarca, à Suécia e à Finlândia, juntamente com os prefeitos de Chapecó, de Jaraguá do Sul, representantes de entidades educacionais, vários outros deputados. Foi uma viagem de estudos com relação à questão da gestão e resíduos que esses países fazem, já que eles têm um *know-how* muito grande. E como toda viagem que faço coloco no meu relatório o dia a dia.

Eu não vou aqui trazer o relatório de todos os dias. Mas gostaria que a assessoria colocasse o relatório do segundo dia da viagem, na cidade de Borá, na Suécia, que tem a universidade formada em mil oitocentos e alguma coisa. É impressionante a voracidade da universidade na questão da pesquisa para resolver o problema do resíduo. É impressionante o envolvimento da comunidade acadêmica nesse setor.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Portanto, esse é um dos relatórios que estão no meu *site*, à disposição, feito de forma muito simples, com celular, mas que dá para trazer uma ideia daquilo que estivemos visitando nos últimos dias. E outros relatórios estão lá muito interessantes, e os catarinenses poderão acessar através do www.knunes.com.br.

Fica com o restante do tempo do nosso partido o deputado Maurício Eskudlark.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pelo restante do tempo do PSD, o sr. deputado Maurício Eskulark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKULARK - Agradeço ao deputado Kennedy Nunes.

O assunto é muito pertinente ao nosso estado, para o meio ambiente, e é uma preocupação de todos os catarinenses, de todos os cidadãos.

Eu quero falar sobre a questão da greve, a forma como estão tratando. Quase 400 mil pessoas na Grande Florianópolis estão sendo prejudicadas com essa greve abusiva, que tem que ser solucionada.

Os governos têm que encontrar uma solução. Vemos o esforço do prefeito Cesar Souza para impedir a greve, impedir problemas maiores para a população, mas temos que ter essa situação regulamentada.

É preciso que as autoridades responsáveis tenham esse sentimento, pois não podemos ficar esperando todo ano pela enchente, pela estiagem e pela greve dos motoristas e cobradores. Tem que haver um critério antecipado, no qual o sindicato ou os trabalhadores já saibam o que vão receber, como as empresas têm que agir, ou seja, com base no índice da inflação, ou alguma forma legal definida, tanto para as empresas quanto para os profissionais, motoristas e cobradores. Só não podemos ficar inertes vendo a população da Grande Florianópolis submetida a esse transtorno. As pessoas que trabalham, que estudam, que têm problema de saúde não podem ser submetidos a essa pressão, a essa ofensa, pois é um descaso com o cidadão.

Então, é inadmissível que a população na sua grande maioria seja desrespeitada; que categorias que têm suas reivindicações justas, mas não podem pela importância, pela relevância das suas funções, submeter a população como um todo a essa questão.

Acho que temos que solucionar de uma vez por todas esse problema, porque acho que a população não pode ficar refém de situações e de classes de trabalhadores. Então, é muito importante que tenhamos uma legislação, uma definição, temos que saber com antecedência o que vai acontecer e a população não pode ser surpreendida, embora saibamos que todo ano isso acontece. As autoridades, o Executivo, o Legislativo têm que tomar uma providência. O prefeito Cesar Souza já vai mudar critérios das próximas licitações do transporte público para que efetivamente a população do nosso estado e principalmente da Grande Florianópolis não fique refém todos os anos dessa situação e dessa disputa entre empresários e trabalhadores. Há que ter uma regra que proteja a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de dizer com satisfação que participamos da grande reunião com o governador e com o cônsul japonês sobre a importação de carne suína pelo Japão, cujas porcentagens são: 40% da carne suína consumida no Japão é importada pelos Estados Unidos; 20% do Canadá e 15% da Dinamarca. Portanto, são esses os três grandes mercados japoneses.

Com a entrada do Brasil neste mercado temos a certeza de que vamos alcançar um resultado satisfatório e que os criadores de suínos do estado serão mais valorizados.

E por que a busca pelo Japão? Porque o Japão é o país que melhor paga a carne suína no mundo. E espero que com essa liberação da exportação no estado de Santa Catarina haja ganho para o criador do suíno, que sempre está com o preço apertado. Queremos que essa vantagem que Santa Catarina vai ter de exportar para o país que melhor paga no mundo a carne suína, o Japão, seja direcionada para o pequeno agricultor, ou seja, para aquele que cria o suíno. Isso pode ser feito através das federações, do governo e daqueles que fazem o intercâmbio comercial com a carne suína.

Há brasileiros que vendem para o Japão a carne de frango já possuem os postos de vendas

definidos, têm um suporte, ou seja, um ponto de referência, o que ajudará bastante na comercialização da carne suína no Brasil.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, gostaria de falar sobre as redes de saúde que estão sendo implantadas em Santa Catarina e que vão ajudar alguns hospitais filantrópicos, que hoje mantêm a Saúde no estado. São para eles que temos que direcionar o apoio, coisa que o governo do estado já está fazendo, proporcionando equipamentos e condições para melhor atender a nossa população.

Mas o que os hospitais filantrópicos precisam são verbas de manutenção, pois como pode um hospital atender pelo SUS toda a população e não receber o suporte financeiro adequado? Acho que a Rede de Atenção Básica, que está sendo instalada em nosso estado é muito importante, mas não são para todos os hospitais filantrópicos, que sustentam a saúde do estado de Santa Catarina.

Ora, um hospital sustentado pelo governo gasta quatro vezes mais do que um hospital filantrópico para realizar o mesmo procedimento.

Por isso, temos que ter um equilíbrio que apenas será dado através da sustentação, que devemos dar aos hospitais filantrópicos.

Portanto, daremos todo apoio aos hospitais filantrópicos, e os presidentes de federação estão lutando por eles. Esperamos que os governos federal, estadual e municipal deem mais apoio a esses hospitais, porque são eles que dão o suporte na Saúde do estado.

Acho que a saúde é, sim, um ícone importante em Santa Catarina. Deputado Silvio Dreveck, nós, no planalto norte, temos uma saúde diferenciada dos outros municípios. Por exemplo, em Canoinhas temos um sobreaviso regional para seis municípios que consta de anestesista de plantão 24h, ortopedista de plantão 24h, cirurgião-geral de plantão 24h e neurocirurgião de plantão 24h, fazendo com que essas especialidades tenham resolutividade no hospital.

Em Canoinhas, no Hospital Santa Cruz, temos uma UTI com dez leitos, ressonância magnética, tomografia computadorizada, arco cirúrgico, banco de sangue, enfim, infraestrutura para fazer esse belo atendimento que é feito em relação a outras pessoas, em outros hospitais.

Quero aqui parabenizar o secretário de Saúde de Joinville, dr. Armando Dias Pereira Júnior, que está fazendo um trabalho fantástico. Dr. Armando, meus parabéns pela sua competência e pelo trabalho que vem realizando na cidade de Joinville, juntamente com o prefeito Udo Döhler.

Não vamos deixar que questões políticas interfiram na condução de Joinville. Temos certeza de que o município tem, sim, uma transparência muito grande, capacidade e a competência do prefeito Udo Döhler para administrar o município.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0263/2012, e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0013/2013, de autoria do deputado Dado Cherem.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0106/2013, de autoria do deputado Edison Andriano.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0150/2013, de procedência da comissão de Constituição e Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0256/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0329/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0541/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há emendas à redação final.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quando fui vereador em Joinville, propus uma lei exigindo que em todas as construções comerciais, industriais ou residenciais, acima de 750 metros, fosse instalada uma cisterna para a capacitação da chuva. Essa lei foi aprovada, mas infelizmente até hoje ainda não foi regulamentada.

Portanto, esse projeto no meu entendimento é da maior importância para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0016/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Campanha de Combate à Pedofilia no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável de todas as comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0328/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0341/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que denomina a rodovia SC-495 - trecho entroncamento BR-280 - Barra do Sul.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0184/2013, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 4.336, de 1969, que declara de utilidade pública a Fundação Universitária de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as seguintes Indicações n.s 0344/2013 e 0345/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0346/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s 0608/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, 0609/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0610/2013, 0611/2013, 0612/2013, 0613/2013, 0614/2013, 0615/2013, 0616/2013 e 0617/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0618/2013, 0619/2013 e 0620/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar, 0621/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Pedido de Informação n. 0055/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao secretário de estado da Fazenda informações sobre eventual quitação da operação de crédito BNDES - CELESC/CRC e suas condições.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0056/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao secretário de estado do Planejamento informações sobre origem, destinação e contratos pertinentes aos recursos do programa Pacto por Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de registrar que ontem o governador Raimundo Colombo esteve no município de Camboriú, atendendo ao seu roteiro de viagem pelo estado, quando tem levado recursos aos municípios, discutido as prioridades que são apresentadas pelas administrações municipais e que autorizou várias obras para o município, para a região de Camboriú, especialmente um grande pleito, que é o asfaltamento da rodovia que liga Camboriú a Brusque.

O governador autorizou R\$ 5 milhões, um investimento muito importante, um pleito antigo, eis que sabemos o grande problema de

mobilidade que enfrentamos, o elevado número de veículos e as dificuldades em nossas rodovias. E aquela é uma importante rodovia, assim como a ligação do município de Itapema com o município de Camboriú. Duas obras que estão merecendo atenção especial do governo do estado, do governador Raimundo Colombo, do secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e das secretarias regionais, das administrações municipais.

Então, é muito importante para a região da Camboriú, de Balneário Camboriú, de Brusque, de Itapema que sejam liberados esses recursos, como efetivamente estão sendo, para que aquelas obras venham a acontecer.

O governador fez uma explanação sobre o trabalho desenvolvido nesses dois anos, numa audiência da Câmara de Vereadores de Camboriú, mostrando o que o estado tem feito, as dificuldades, mas também aquilo tudo que tem sido resolvido com muito trabalho, com muito empenho.

Então, é mais uma viagem do governador, mais recurso, mais investimento, já que o governo do estado buscou os recursos necessários para grandes investimentos que o estado de Santa Catarina precisa.

É o caso da nossa Balneário Camboriú que finalmente tem a possibilidade concreta, com a liberação dos recursos, da construção do centro de eventos. São cinquenta milhões do governo federal e vinte cinco milhões do governo estadual para aquela obra que é um projeto necessário, um sonho de muitos para o município de Balneário Camboriú e que para que esse projeto efetivamente venha a acontecer. Assim como o colégio estadual para o bairro das Nações, enfim, são muitos investimentos, seja na área da educação, na área rodoviária, em todas as áreas.

Quero registrar que para o município de Lages, de Concórdia e de São Miguel d'Oeste tivemos a reativação da linha aérea São Miguel d'Oeste - Florianópolis, Florianópolis - São Miguel d'Oeste. É um voo de 2h40, que vai sair às 7h32 do município de São Miguel d'Oeste, um voo que sai às 5h30 de Curitiba, chega às 8h em Concórdia, com uma escala no município de Lages, chegando um pouco antes das 10h na capital do estado.

Hoje, quem vai ao extremo oeste precisa pegar o voo Florianópolis/Chapecó e mais duas horas em média de deslocamento para os municípios do extremo oeste catarinense. Assim, com essa nova linha, em duas horas, temos o trajeto capital do estado a São Miguel d'Oeste. Inclusive, faço, quase todas as semanas, esse trajeto e sei o que é chegar à noite, de madrugada, em Chapecó, pegar o veículo e deslocar-se por mais duas horas. E existem dez radares nas rodovias federais.

Sabemos que as BRs se encontram com bastante dificuldade. Na BR-282, cuja manutenção é necessária, há muitos buracos na pista, enfim, esse novo voo da Brava Linhas Aéreas, antiga NHT, ligando Florianópolis ao extremo oeste, é mais um grande passo, além da perspectiva diante do anúncio do governo federal nos investimentos nos aeroportos regionais, de R\$ 12 milhões, que seriam destinados ao aeroporto de São Miguel d'Oeste, cuja pista é de 1.260 metros. E com esses investimentos teriam mais 400 metros de pista. A largura da pista hoje é de 18 metros e passaria para 30 metros, permitindo com isso pousos e decolagens de aeronaves de maior porte.

Então, parabéns a Lages, a Concórdia e à região do extremo oeste. O aeroporto de Chapecó registra hoje, em média, 30 mil passageiros/mês, sendo que de seis mil a sete mil passageiros são região do extremo oeste.

Quero fazer esse registro junto com aqueles investimentos que anunciamos, feitos em nosso litoral e em todo o estado Santa Catarina,

os quais proporcionam ao nosso estado, cada vez mais, um ponto de destaque em nível nacional.

Também quero aqui me solidarizar com o deputado Sargento Amauri Soares, pelo falecimento de um policial militar que foi assassinado, e enquanto ele falava desse fato eu resgatava um artigo que já tive a oportunidade de ler nesta tribuna, publicado na revista *Veja*, no dia 30 de janeiro de 2013, sobre o assassinato de policiais. Se não piorar neste ano de 2013, mais 250 policiais serão assassinados no Brasil.

Temos países como a França que têm em média seis assassinatos por ano. Há outros países que reduziram drasticamente, porque a sociedade viu que um ataque a um policial é um ataque à sociedade, é um ataque à cidadania.

Assim, fizeram leis rigorosas como forma de proteção aos policiais. E no Brasil temos, em média, 250 policiais assassinados por ano, sendo a grande maioria no estado de São Paulo, e parece que ninguém tem nada a ver com isso. Isso é uma briga de polícia e bandido, como se um policial não fosse à luta contra a criminalidade.

Então, muitas vezes, ONGs e outras entidades que se preocupam em coibir, investigar a violência policial não dispõem de um minuto de seu tempo, de uma linha para tratar da defesa dos policiais nesta luta inglória contra a criminalidade.

Assim, é muito importante que a sociedade acorde para essa questão da proteção e valorização do policial, porque o policial é a última barreira na luta contra a criminalidade. Já tenho dito nesta tribuna que o bandido não tem medo de decisão judicial nem de sentença. Agora, se tiver o policial lá para efetivamente fazer o cumprimento da lei, ele tem medo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão do deputado Dado Cherem, porque ele é seu grande e amigo e apoiador, quero aqui agradecer a presença do prefeito reeleito de Penha, Evandro. Ele foi reeleito com uma margem grande de votos e está fazendo um excepcional trabalho no balneário de Penha. Seja bem-vindo e obrigado pela visita.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também cumprimenta e agradece as ilustres visitas.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer a presença do prefeito do município de Araranguá, querido companheiro Sandro, que daqui a pouco terá uma reunião na Presidência desta Casa, juntamente com v.exa. e outros parlamentares. Seja muito bem-vindo juntamente com o presidente da Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também registra com muita alegria a presença do grande prefeito, querido amigo Sandro, que daqui a pouco, às 17h, estará se reunindo com outras lideranças e autoridades, para tratar de pleitos daquela região.

Bem-vindo, prefeito, com todas as suas lideranças.

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 421, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MARIA MARCIA DE MELO BARRETO**, matrícula nº 1252, da função de Assessoria técnica-administrativa - Secretária, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 422, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1180/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR à servidora **ELIZABETE OLINDA GUERRA**, matrícula nº 2114, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Doutorado, no valor correspondente ao índice 2.8992, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 20 de maio de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 423, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0975/2013,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MAGDA BIANCHINI MATTOS**, matrícula nº 1477, lotada na CD - Gerência do Centro de Memória, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **Gratificação de insalubridade** na proporção de **10%** (dez por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, correspondente a 20% do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, totalizando 100%, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 424, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 110/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ISABELA VIEIRA**, matrícula nº 2538, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-5 e 30% (trinta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3 do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança.

Art. 2º A SERVIDORA OPTOU em continuar no exercício da Função de Confiança Assessoria técnica-consultoria, nível PL/FC-5, pois o benefício não é cumulativo, porém sobre a concessão se fará o desconto previdenciário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 425, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0132/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **LUCIANE FADEL**, matrícula nº 1994, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3 e 5% (cinco por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2 do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança Chefia de Seção - Benefícios e Atendimento ao Servidor, nível PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 426, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1010/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA MARCIA DE MELO BARRETO**, matrícula nº 1252, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3 do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de junho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 427, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0786/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ALEXANDRE MELO**, matrícula nº 2125, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 60% (sessenta por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1104, de 28/5/1991 e pelo Ato da Mesa nº 451, de 12/12/2011, com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 428, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1147/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ROSE MERI BENEDET**, matrícula nº 1544, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 429, de 20 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1098/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **RUBENS BEZ BATTI JÚNIOR**, matrícula nº 1482, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código CAS-2, correlacionada com a de nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 70% (setenta por cento), com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 430, de 20 de junho de 2013

Altera a redação do caput do art. 2º, acrescido dos §1º e §2º, do Ato da Mesa n. 470, de 02 de agosto de 2012 - Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O caput do art. 2º, acrescido dos §1º e §2º, do Ato da Mesa n. 470, de 02 de agosto de 2012 - Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os servidores titulares de cargo efetivo e os servidores titulares de cargo efetivo nomeados em cargo de provimento em comissão, em exercício na Assembleia Legislativa, ficarão sujeitos à avaliação contínua e anual de desempenho funcional, com vistas a:

.....
§1º O servidor titular de cargo efetivo, em estágio probatório, somente obterá progressão funcional por antiguidade ou merecimento depois de adquirida a estabilidade nos termos da Constituição Federal.

§2º Adquirida a estabilidade, o tempo de serviço corresponde ao estágio probatório será considerado para fins de progressão funcional, conquistando o servidor, observado o resultado da avaliação decorrente do Ato da Mesa n. 329, de 16 de junho de 2010 - Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, o direito ao seu posicionamento no nível correspondente aos interstícios completos para progressão funcional, que ocorrerá na data estabelecida no art. 4º.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos aos servidores oriundos do Concurso Público relativo ao Edital nº 001/2009.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 024-DL, de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Moacir Sopelsa para ausentar-se do País, no período de 24 a 30 de junho do corrente ano, a fim de participar de evento promovido pelo Governo Federal e pela Embaixada Brasileira no Japão, referente à liberação de exportação da carne suína de Santa Catarina para aquele País.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de junho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**EXTRATOS****EXTRATO Nº 092/2013**

REFERENTE: Apostilamento de 14/06/2013, referente ao Contrato CL nº 001/2013, celebrado em 28/01/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ticket Serviços S/A.

OBJETO: Reajuste do valor do ticket alimentação concedido mensalmente aos servidores ativos e inativos da ALESC, cujo valor passa de R\$ 1.014,43 para R\$ 1.088,48, representando o acréscimo de R\$ 74,05 por ticket e, o acréscimo soma o montante de R\$170.315,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Ato de mesa nº 373/2013; art.58, inciso I; e art.65, parágrafo 8º da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 20 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - ALESC.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 093/2013

REFERENTE: 06º Termo Aditivo de 14/06/2013, referente ao Contrato CL nº 043/2011, celebrado em 13/07/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Disk Car Locação de Veículos Ltda.

OBJETO: Alterar qualitativamente o objeto contido no Contrato original, substituindo 02 (dois) veículos com vistas a atender as necessidades da ALESC, conforme especificação abaixo:

- Substituir 01 (um) veículo da marca Chevrolet modelo Vectra, ao valor unitário de R\$ 2.214,71 por 01 (um) veículo da marca Toyota modelo Corolla XEI automático ao preço unitário de R\$ 3.101,31.
- Substituir 01 (um) veículo da marca Honda modelo Civic ao preço unitário de R\$ 2.753,41 (dois mil setecentos, por 01 (um) veículo da marca Toyota modelo Corolla XEI automático ao preço unitário de R\$ 3.101,31.

VIGÊNCIA: a contar de 03/06/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I “a” e “b” da Lei nº 8.666/93; Itens 4.1 e 6.1, cláusulas quarta e sexta respectivamente, do Contrato original; Item 13.7 do Edital de Pregão 020/2011 e; Autorização administrativa.

Florianópolis, 20 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Marcus Marchini- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 094/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 020/2013 celebrado em 28/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Empresarial de Lages- (ACIL)

OBJETO: Aquisição de cota de participação tipo “prata” e de espaço físico com 36 m² na **XXV Festa Nacional do Pinhão**, que acontecerá no Parque de Exposições localizado no município de Lages no período de 24 de maio a 02 de junho de 2013.

VALOR: R\$ 60.000,00

PRAZO: 24 de maio a 02 de junho de 2013

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 039/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39. (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis, 20 de junho de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 095/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 032/2013, celebrado em 28/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Empresarial de Lages (ACIL).

OBJETO: Aquisição de cota de participação tipo "prata" e de espaço físico com 36 m² na **XXV Festa Nacional do Pinhão**, que acontecerá no Parque de Exposições localizado no município de Lages no período de 24 de maio a 02 de junho de 2013.

VALOR GLOBAL: 60.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 039/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 020/2013.

Florianópolis, 20 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Luiz Spuldaro- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO 096/2013

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 026/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 033/2012.

OBJETO: Aquisição de 10 Televisores LED 40", marca SANSUNG, modelo 40ES6100.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (17 de dezembro de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 033/2012.

ITEM ÚNICO				Valor (R\$)	
ITEM	UNID	QDE	Descrição	Unitário	Total
1	UN	10	Televisor LED 40" em cores Marca SANSUNG - modelo 40ES6100 - Tamanho da Tela: 40"; - Conexões: Entrada Componente (Y/PB/PR); - Resolução: 1920 x 1080; - Consumo (kW/h): Abaixo de 0.3W; - Cor: Preta; - Controle remoto unificado com TV/DVD; - Idiomas do menu: Português, Inglês e Espanhol; - Timer: On/Off; - Sleptimer; - 180 canais; - Energy Star; - Sistema em cores: Pal-M/N e NTSC; - Contraste: Dynamic Contrast Ratio (High Contrast); - Brilho: 512 CD/m ² ; - PIP (Picture in Picture); - Image Scan; - SmartTV; - HDTV; - Full HD; - Menu na Tela; - Zoom; - Potência de áudio: 10 W x 2; - Som estéreo; - SAP; - Closed Caption; - Surround; - Dolby Digital; - Recursos de Áudio, - SRS TruSurround HD; - Conexões de Entrada: <ul style="list-style-type: none"> • 3 HDMI; • 1 USB; • 1 Entrada de Vídeo Composto (AV); • 1 Saída de Áudio Ótico Digital; • 2 Entradas de RF (Terrestre/Cabo); • 1 Entrada de Áudio para DVI (mini Jack); • 1 Saída de Áudio (Mini Jack); • 1 Conexão de Rde Local Ethernet 	1.890,00	18.900,00
VALOR TOTAL DO ITEM					18.900,00

1ª REGISTRADA: Rei dos Reis Comércio Atacadista de equipamentos de Informática LTDA. ME.

Endereço: Rua Germano Frederico Timm nº 22, sala A, Bairro Itinga, Joinville/SC

CEP: 89233-840 Telefone/fax (47) 3432-6949

e-mail: provisaoequipamentos@gmail.com

CNPJ: 13.729.372/0001-03

2ª REGISTRADA: Jeferson da Silveira ME.

Florianópolis, 20 de junho de 2013

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Rangel Bremen - Sócio Proprietário

*** X X X ***

EXTRATO 097/2013

REFERÊNCIA: 3ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 025/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 015/2012.

OBJETO: Aquisição de 250 poltronas giratórias de espaldar médio, cor preta.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de dezembro de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 015/2012.

Item	Objeto	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cadeira giratória Wind Premium espaldar médio, couro ecológico negro micro perfurado, sistema sincronizado, regulagem de altura e demais especificações que seguem: - Marca: Wind Premium - WPO10 - Fabricante: Tecnoflex	250	546,00	136.500,00

EXTRATO 098/2013**1ª REGISTRADA: Tecnoflex Indústria e Comercio do Mobiliário Ltda.**

Endereço: Rua José Rodrigues Fortes, nº 264, Jardim Patrícia, Quatro Barras, Paraná.

CEP 3420-000

Fone/fax (41) 3671-8400

e-mail: flavio.cordeiro@tecnoflex.com e licitacoes@tecnoflex.com

CNPJ/MF nº 80.170.897/0001-30

Florianópolis, 20 de junho de 2013

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Mariana A. Figueroa de Azevedo- Procuradora

*** X X X ***

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 024/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 026/2012.

OBJETO: Aquisição de materiais a serem utilizados no Setor Odontológico da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (18 de setembro de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931/2001 alterado pelo Decreto nº 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 26/2012.

LOTE 1						
Item	Qty	Und	Especificação	Marca	Valor (R\$)	
					Unit.	Total
1	4	Frasco	Acrílico Autopolimerizável (Líquido) - Frasco c/ 50 ml	clássico	4,93	19,72
2	2	Pote	Acrílico Duralay cor 62 (Pó) - Pote c/ 25 g	duralay	33,70	67,40
3	2	Pote	Acrílico Duralay cor 65 (Pó) - Pote c/ 25 g	duralay	33,70	67,40
4	2	Pote	Acrílico Duralay cor 66 (Pó) - Pote c/ 25 g	duralay	33,70	67,40
5	2	Pote	Acrílico Duralay cor 69 (Pó) - Pote c/ 25 g	duralay	33,70	67,40
6	25	Frasco	Adesivo Prime Bond 2-1 (Dentsplay) - Frasco c/ 4 ml	prime bond	43,06	1.076,50
7	50	Galão	Água Destilada - Galão c/ 5 litros	cahitec	7,43	371,50
8	15	Frasco	Água Oxigenada 10 Volumes - Frasco c/ 1000 ml	rioquimica	2,85	42,75
9	30	Caixa	Agulha Gengival Tipo 30 G Curta - Cx. c/ 100 agulhas	injax	11,20	336,00
10	20	Frasco	Álcool Etilico 70% - Frasco c/ 1 litro	da ilha	3,43	68,60
11	20	Frasco	Álcool Etilico 96% - Frasco c/ 1 litro	da ilha	4,93	98,60
12	3	Pacote	Algodão Pavo - Pacote contendo 1 kg	jon	21,90	65,70
13	25	Caixa	Anestésico Mepivacaína 2% com vasoconstritor (envasado em tubetes de cristal) - Cx. c/ 50 tubetes de 1,8 ml	mepivalem	33,07	826,75
14	8	Caixa	Anestésico Mepivacaína 3% sem vasoconstritor (envasado em tubetes de cristal) - Cx. c/ 50 tubetes de 1,8 ml	mepisv	33,07	264,56
15	10	Pote	Anestésico Tópico Gel - Pote c/ 12 g	benzotop	3,37	33,70
16	100	Pacote	Babador Dental Impermeável Descartável (Vital Protection) - Pacote c/ 100 unid. de tamanho 33 x 43 cm	bestcare	10,95	1.095,00
17	15	Caixa	Bicarbonato de Sódio p/ Profilaxia (Dabi Atlante) - Cx. c/ 24 sachês	maquira	24,35	365,25
18	60	Peça	Broca Carbide de Alta Rotação Nº 1	medin	4,31	258,60
19	60	Peça	Broca Carbide de Alta Rotação Nº 1/2	medin	4,31	258,60
20	60	Peça	Broca Carbide de Alta Rotação Nº 1/4	medin	4,31	258,60
21	60	Peça	Broca Carbide de Alta Rotação Nº 2	medin	4,31	258,60
22	60	Peça	Broca Carbide de Alta Rotação Nº 3	medin	4,31	258,60
23	60	Peça	Broca Carbide de Alta Rotação Nº 4	medin	3,93	235,80
24	60	Peça	Broca Carbide Nº 330	medin	4,31	258,60
25	60	Peça	Broca Carbide Nº 331	medin	3,93	235,80
26	10	Peça	Broca de Batt Nº 14 Cônica	maillefer	4,68	46,80
27	2	Peça	Broca de Gates Nº 01	maillefer	6,49	12,98
28	2	Peça	Broca de Gates Nº 02	maillefer	6,24	12,48
29	2	Peça	Broca de Gates Nº 03	maillefer	6,24	12,48
30	2	Peça	Broca de Gates Nº 04	maillefer	6,24	12,48
31	2	Peça	Broca de Gates Nº 05	maillefer	6,24	12,48
32	2	Peça	Broca de Gates Nº 06	maillefer	6,24	12,48
33	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1011	fava	2,81	168,60
34	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1012	fava	2,81	168,60
35	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1013	fava	2,81	168,60
36	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1016	fava	2,81	168,60
37	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1024	fava	2,81	168,60
38	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1031	fava	2,81	168,60
39	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1043	fava	2,81	168,60
40	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1046	fava	2,81	168,60
41	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1051	fava	2,81	168,60
42	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1061	fava	2,81	168,60
43	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1063	fava	2,81	168,60
44	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1065	fava	2,81	168,60

45	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1066	fava	2,81	168,60
46	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1090	fava	2,81	168,60
47	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1092	fava	2,81	168,60
48	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1111	fava	2,81	168,60
49	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1112 FF	fava	2,81	168,60
50	60	Peça	Broca Diamantada Nº 1190	fava	2,81	168,60
51	60	Peça	Broca Diamantada Nº 2135 FF	fava	2,81	168,60
52	60	Peça	Broca Diamantada Nº 3118	fava	2,81	168,60
53	60	Peça	Broca Diamantada Nº 3118 FF	fava	2,81	168,60
54	60	Peça	Broca Diamantada Nº 3168 FF	fava	2,81	168,60
55	60	Peça	Broca Diamantada Nº 3195 FF	fava	2,81	168,60
56	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 1	maillefer	3,18	254,40
57	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 1/2	maillefer	3,31	264,80
58	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 2	maillefer	3,18	254,40
59	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 3	maillefer	3,18	254,40
60	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 4	maillefer	3,18	254,40
61	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 5	maillefer	3,18	254,40
62	80	Peça	Broca Esférica de Baixa Rotação Nº 6	maillefer	3,18	254,40
63	4	Peça	Broca Fresa Chama	dedeco	17,10	68,40
64	60	Peça	Broca para Acabamento Nº 1190 FF	fava	4,49	269,40
65	60	Peça	Broca Taça de Borracha para Profilaxia	preven	3,49	209,40
66	5	Peça	Broca Transmetal - Ponta ativa longa	maillefer	13,11	65,55
67	80	Peça	Brocas Esféricas De Baixa Rotação Nº 8	maillefer	3,06	244,80
68	1	Peça	Broqueiro (caixa plástica c/ tampa e c/ divisões medindo 3,5 x 10 x 15 cm)	fava	15,16	15,16
69	30	Peça	Cabo de Espelho p/ uso odontológico	prata	1,98	59,40
70	20	Peça	Caixa Coletora p/ Material Perfuro-Cortante 1,5 l	descarpack	2,03	40,60
71	5	Frasco	Cápsulas para Amálgama 1 Porção - Frasco c/ 50 unid.	gs80	61,78	308,90
72	5	Frasco	Cápsulas para Amálgama 2 Porções - Frasco c/ 50 unid.	gs80	76,13	380,65
73	20	Pacote	Cartelas p/ RX c/ 1 Furo - Pacote c/ 50 cartelas	odontograf	4,03	80,60
74	20	Pacote	Cartelas p/ RX c/ 2 Furos - Pacote c/ 50 cartelas	odontograf	4,03	80,60
75	15	Kit	Cimento de Ionômero de Vidro Restaurador Cor A2 (Vitro Fil)- Kit c/ pó 5 g e líquido 2,5 ml	vitro fill	14,73	220,95
76	15	Kit	Cimento de Ionômero de Vidro Restaurador Cor A3 (Vitro Fil) - Kit com pó 5 g e líquido 2,5 ml	vitro fill lc	79,88	1.198,20
77	10	Frasco	Cimento de Óxido de Zinco-Eugenol (Líquido) - Frasco c/ 20 ml	iodontosul	6,55	65,50
78	10	Frasco	Cimento de Óxido de Zinco-Eugenol (Pó) - Frasco c/ 50 g	iodontosul	4,21	42,10
79	15	Frasco	Cimento de Zinco Líquido p/ Cimentação - Fr. c/ 10 ml	vigodent	8,92	133,80
80	15	Frasco	Cimento de Zinco Pó p/ Cimentação - Frasco c/ 28 g	vigodent	8,92	133,80
81	5	Caixa	Cimento Hidro C ou Liner - Cx. c/ 2 tubos: tubo de pasta base 13g e tubo de pasta catalizadora 13 g	hydro-c	14,91	74,55
82	15	Kit	Cimento Restaurador Provisório (IRM) - Kit c/ pó 38 g e líquido 15 ml	irm	48,68	730,20
83	15	Frasco	Clorhexidina Detergente a 2% - Frasco c/ 1000 ml	rioquimica	7,69	115,35
84	100	Seringa	Condicionador Ácido Gel a 37% - Seringa c/ 2,5 ml	ataque	3,31	331,00
85	5	Seringa	Condicionador Ácido p/ Porcelana - Seringa c/ 2,5 ml	maquira	10,17	50,85
86	3	Caixa	Cone de Papel 15-40 - Cx. c/ 120 cones c/25 mm	metta	10,17	30,51
87	5	Caixa	Cunha de Madeira Anatômica - Cx. c/ 100 cunhas	pharma inox	14,29	71,45
88	2	Frasco	Curativo de Canal (Paramonoclorofenol Canforado) - Frasco c/ 20 ml	aaf	5,43	10,86
89	2	Frasco	Curativo de Canal (Tricresol Formalina) - Frasco c/ 10 ml	aaf	4,84	9,68
90	5	Peça	Cureta para Raspagem Universal	prata	15,26	76,30
91	5	Peça	Dedal de Borracha p/ Amálgama	jon	1,34	6,70
92	5	Frasco	Desincrustante Ácido Desoxid - Frasco c/ 500 ml	desoxid	11,48	57,40
93	20	Galão	Desinfetante Químico (Germe Rio) - Galão c/ 5 litros	germerio	16,23	324,60
94	2	Frasco	Detergente Aniônico (Tergensol) - Frasco c/ 200 ml	tergensul	4,72	9,44
95	10	Frasco	Detergente Enzimático (Enzi-Tec) - Frasco c/ 1 litro	riozyme	25,59	255,90
96	30	Pacote	Disco de Lixa Sof Lex Grande - Pacote c/ 100 discos	3m c/30	51,80	1.554,00
97	30	Pacote	Disco de Lixa Sof Lex Pequeno - Pacote c/ 100 discos	3m c/30	51,80	1.554,00
98	15	Caixa	Emulador Classe 6 Indicador TST Controle (Indicador de Verificação de Ciclo Vapor) - Cx. c/ 25 emuladores	crístófoli	52,42	786,30
99	100	Caixa	Envelope Auto-Selante p/ Esterilização 15 x 25 cm - Cx. c/ 100 envelopes	medsteril	21,22	2.122,00
100	100	Caixa	Envelope Auto-Selante p/ Esterilização 9 x 25 cm - Cx. c/ 100 envelopes	medsteril	13,11	1.311,00
101	10	Peça	Escova de Aço	iodontosul	3,93	39,30
102	50	Peça	Escova de Robson	preven	0,87	43,50
103	2	Peça	Espátula 7 p/ Cera	prata	3,56	7,12
104	10	Peça	Espátula de Resina (Duflex)	duflex	37,91	379,10
105	10	Peça	Espátula de Resina Titânio Nº 3 (Indusbello)	indusbello	29,95	299,50
106	60	Peça	Espelho Bucal (Duflex)	duflex	5,05	303,00
107	30	Envelope	Extirpa-Nervo 20-30 de 25 mm - Envelope c/ 10 unid.	medin	2,48	74,40
108	3	Pacote	Ficha Clínica Dupla - Pacote c/ 100 fichas	odontograf	8,73	26,19
109	2	Caixa	Fio de Sutura de Seda 3-0 - Cx. c/ 24 envelopes	procare	20,22	40,44
110	2	Caixa	Fio de Sutura De Seda 5.0 - Cx. c/ 24 envelopes	procare	23,03	46,06
111	2	Caixa	Fio de Sutura Nylon 4.0 - Cx. c/ 24 envelopes	procare	2,00	4,00
112	30	Tubo	Fio Dental- Tubo c/ 100 m	preven	3,37	101,10
113	30	Rolo	Fita 3M para Esterilização - Rolo c/ 30 m de fita	ciex	3,37	101,10
114	15	Caixa	Fita de Poliéster 0,05 x 10 x 100 mm - Cx. c/ 50 unid.	preven	0,75	11,25
115	50	Envelope	Fita Matriz Bond Tofflemire Nº 1 - Espessura 0,0015 mm - Envelope c/ 12 unidades	prisma	2,81	140,50
116	20	Frasco	Fixador Kodak p/ RX - Frasco c/ 475 ml	kodak	3,25	65,00

117	15	Frasco	Flúor Gel Neutro Incolor - Frasco c/ 200 ml	dfll	2,43	36,45
118	3	Frasco	Formocresol - Frasco c/ 10 ml	aaf	4,81	14,43
119	50	Pacote	Gaze Hidrófila em Compressas 6,5 cm X 6,5 cm - Pacote com 500 gazes	lirio	6,24	312,00
120	300	Pacote	Guardanapos de Papel Branco Folha Dupla Tam. 32,5 X 32,5 cm - Pacote c/ 50 unidades	osmar	3,11	933,00
121	5	Frasco	Hidróxido de Cálcio PA - Frasco c/ 10 g	aaf	3,74	18,70
122	2	Caixa	Lâmina de Cera Rosa 7 - Cx. c/ 18 lâminas	lysanda	6,24	12,48
123	2	Caixa	Lâmina de Cera Utilidade - Cx. c/ 5 lâminas	lysanda	6,24	12,48
124	20	Caixa	Lâmina para Bisturi Nº 11 - Cx. c/ 100 lâminas	solidor	15,85	317,00
125	20	Caixa	Lâmina para Bisturi Nº 15 - Cx. c/ 100 lâminas	solidor	15,85	317,00
126	100	Caixa	Luva de Látex p/ Procedimentos (Tamanho EP) (5-51/2) - Cx. c/ 100 luvas	supermax	10,11	1.011,00
127	100	Caixa	Luva de Látex p/ Procedimentos (Tamanho M) - Cx. c/ 100 luvas	supermax	11,17	1.117,00
128	100	Caixa	Luva de Látex p/ Procedimentos (Tamanho P) - Cx. c/ 100 luvas	supermax	11,17	1.117,00
129	10	Peça	Mandril para Contra-Ângulo	preven	1,13	11,30
130	5	Peça	Mandril para Peça Reta	preven	1,87	9,35
131	200	Caixa	Máscara Descartável com Elástico Antialérgica - Cx. c/ 100 máscaras	descarpack	4,06	812,00
132	200	Caixa	Máscara Descartável com Tiras - Cx. c/ 100 máscaras	descarpack	4,68	936,00
133	5	Frasco	Medicação Intra-Canal (Eugenol) - Frasco c/ 20 ml	aaf	7,49	37,45
134	100	Frasco	Micro Aplicadores Descartáveis (Microbrush) Tam: Fino - Frasco c/ 100 aplicadores	fgm	5,62	562,00
135	50	Frasco	Micro Aplicadores Descartáveis (Microbrush) Tam: Regular - Frasco c/ 100 aplicadores	fgm	5,62	281,00
136	10	Caixa	Moldeira Odontológica Descartável para Aplicação de Flúor - Cx. c/ 24 moldeiras	preven	7,49	74,90
137	4	Peça	Óculos de Proteção	danny	7,49	29,96
138	12	Frasco	Óleo Lubrificante para Instrumentos de Alta e Baixa Rotação - Frasco c/ 300 ml (spray)	preven fr c/ 200ml	18,10	217,20
139	10	Envelope	Papel Carbono p/ Articulação (Accufilm ou similar) - Envelope c/ 12 folhas	aaf	5,62	56,20
140	10	tubo	Passa-Fio Dental - Tubo c/ 100 unidades	maquira	2,64	26,40
141	10	Seringa	Pasta de Polimento de Resina (Poligloss) - Seringa c/ 3 g	microdont	16,23	162,30
142	50	Frasco	Pasta Profilática - Frasco c/ 90 g	herjos	4,31	215,50
143	12	Caixa	Película Dental p/ RX Adulto (Kodak E-Speed Film) - Cx. c/ 150 películas	kodak	81,75	981,00
144	5	Caixa	Película Dental p/ RX Infantil (Kodak E-Speed Film) - Cx. c/ 100 películas	kodak	73,01	365,05
145	50	Caixa	Pincéis Aplicadores Descartáveis (Bendabrush DFL) - Cx. c/ 36 pincéis	dfll	36,82	1.841,00
146	2	Peça	Placa de Vidro Espessura Fina 6 mm - Uso odontológico	preven	2,32	4,64
147	2	Peça	Placa de Vidro Espessura Grossa 20 mm - Uso odontológico	preven	8,05	16,10
148	2	Peça	Placa de Vidro Espessura Média 10 mm - Uso odontológico	preven	3,31	6,62
149	10	Caixa	Ponta Accudose Anterior da Seringa Centrix - Cx. c/ 25 pontas	dfll	29,33	293,30
150	10	Caixa	Ponta Accudose Posterior da Seringa Centrix - Cx. c/ 25 pontas	dfll	29,95	299,50
151	10	Caixa	Ponta Centrix Tipo Agulha - Cx. c/ 25 pontas	dfll	52,42	524,20
152	10	Caixa	Ponta Preta da Seringa Centrix - Cx. c/ 25 pontas	dfll	31,20	312,00
153	2	Peça	Porta Amálgama de Metal	prata	15,60	31,20
154	2	Peça	Porta Amálgama de Plástico	maquira	7,49	14,98
155	4	Peça	Porta Matriz de Tofflemire (original)	trinks	13,73	54,92
156	4	Caixa	Posicionadores para Película Autoclaváveis - Cx. c/ 4 posicionadores	maquira	45,56	182,24
157	5	Pote	Pote de Vidro (Dappen)	preven	1,55	7,75
158	4	Peça	Prendedor de Guardanapo tipo jacaré	prisma	3,74	14,96
159	10	Seringa	Resina Charisma A1 - Seringa com 4 g	charisma	34,32	343,20
160	10	Seringa	Resina Charisma A2 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
161	10	Seringa	Resina Charisma A3 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
162	10	Seringa	Resina Charisma A3,5 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
163	10	Seringa	Resina Charisma B1 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
164	10	Seringa	Resina Charisma B2 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
165	10	Seringa	Resina Charisma B3 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
166	10	Seringa	Resina Charisma C1 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
167	10	Seringa	Resina Charisma C2 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
168	10	Seringa	Resina Charisma C3 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
169	10	Seringa	Resina Charisma C4 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
170	10	Seringa	Resina Charisma Oa2 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
171	10	Seringa	Resina Charisma Oa3 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
172	10	Seringa	Resina Charisma Oa3,5 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
173	10	Seringa	Resina Charisma Ob2 - Seringa com 4 g	charisma	32,45	324,50
174	10	Seringa	Resina Durafill A1 - Seringa com 4 g	durafill	34,32	343,20
175	10	Seringa	Resina Durafill A2 - Seringa com 4 g	durafill	34,32	343,20
176	10	Seringa	Resina Z-350 Restauradora Cor A1 - Seringa com 4 g	z350	62,09	620,90
177	20	Seringa	Resina Z-350 Restauradora Cor A2 - Seringa com 4 g	z350	65,53	1.310,60
178	20	Seringa	Resina Z-350 Restauradora Cor A3 - Seringa com 4 g	z350	65,53	1.310,60
179	10	Seringa	Resina Z-350 Restauradora Cor A3 1/2 - Seringa com 4 g	z350	65,53	655,30
180	10	Seringa	Resina Z-350 Restauradora Cor B1 - Seringa com 4 g	z350	65,53	655,30
181	10	Seringa	Resina Z-350 Restauradora Cor B2 - Seringa com 4 g	z350	65,53	655,30
182	20	Potes	Restaurador Provisório (Cimpat) - Pote c/ 25 g	obtur	14,98	299,60
183	20	Frasco	Revelador p/ RX (Kodak) - Frasco c/ 475 ml	kodak	3,25	65,00
184	100	Pacote	Roletes de Algodão (Apolo) - Pacote c/ 100 roletes	ssplus	0,97	97,00
185	5	Seringa	Selante Dental Fotopolimerizável Branco Opaco (Fluroshield) - Seringa c/ 5 g	fluor shield	18,72	93,60
186	10	Seringa	Seringa Luer de vidro - Seringa c/ 5 ml	art glass	14,98	149,80
187	10	Seringa	Seringas Descartáveis c/ Agulha (5 ml)	descarpack	0,37	3,70
188	15	Frasco	Solução Bucal Gluconato de Clorhexedina a 0,12% (Clorexipac) - Frasco c/ 2000 ml	perioplack	10,09	151,35
189	2	Frasco	Solução de Hipoclorito de Sódio a 1% - Frasco c/ 1000 ml	rioquimica	2,49	4,98
190	5	Frasco	Solução Hemostática (Hemostop) - Frasco c/ 10 ml	hemostop	21,03	105,15

191	2	Frasco	Solução p/ Revelação de Placa - Frasco c/ 10 ml	visyplac	8,73	17,46
192	6	Frasco	Solução terapêutica para aftas bucais (Aftagil ou similar) - Frasco c/ 10 ml	aftagil	6,23	37,38
193	5	Frasco	Solvente de Gutta-Percha (Eucaliptol) - Frasco c/ 10 ml	aaf	4,68	23,40
194	2	Peça	Sonda Periodontal	prata	19,35	38,70
195	15	Frasco	Soro Fisiológico 0,9% - Frasco c/ 250 ml	mariol	2,48	37,20
196	3	Frasco	Spray para Teste de Vitalidade Endo ICE (-50) - Frasco c/ 200 ml	maquira	11,23	33,69
197	100	Pacote	Sugadores Plásticos Descartáveis (DFL) - Pacote com 50 sugadores	maxclean c/40	2,76	276,00
198	100	Peça	Taças de Borracha p/ Profilaxia	preven	0,95	95,00
199	2	Peça	Tesoura Cirúrgica Reta	prata	7,18	14,36
200	10	Envelope	Tiras de Aço Abrasivas p/ Amálgama (4mm) - Envelopes c/ 12 tiras	injecta	6,80	68,00
201	15	Caixa	Tiras de Lixa para Acabamento e Polimento Dental 3M - Cx. c/ 150 tiras	3m	31,76	476,40
202	2	Pote	Vaselina Sólida - Pote c/ 35 g	rioquimica	2,48	4,96
VALOR DA PROPOSTA						54.002,96
DESCONTO						2,96
VALOR TOTAL						54.000,00

1ª REGISTRADA: Otriala Comércio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.

Endereço: Rua José Zgoda, nº 340, Bairro Alto, Curitiba- Paraná.
CEP 82820-440

Fone/fax (41) 3367-0006

e-mail contato@otriala.com.br

CNPJ/MF nº 02.631.147/0001-35

2ª REGISTRADA: Odonto Prótese Comercial Ltda

LOTE 3						
Item	Qty	Und	Especificação	Marca	Valor (R\$)	
					Unit.	Total
1	20	Caixa	Luvas Hipoalergênicas (Sem Pó) Tamanho EP - Cx. c/ 100 luvas	supermax	22,68	453,60
VALOR TOTAL DO LOTE						453,60

1ª REGISTRADA: Otriala Comércio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.

Endereço: Rua José Zgoda, nº 340, Bairro Alto, Curitiba- Paraná
CEP 82820-440

Fone/fax (41) 3367-0006

e-mail contato@otriala.com.br

CNPJ/MF nº 02.631.147/0001-35

Florianópolis, 20 de junho de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Fabiano Tulio- Sócio Administrador

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 246/13

Ofício nº 35/13 Xanxerê- SC, 14 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pai e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais de Xanxerê (APADAVIX)**, de Xanxerê, referente ao exercício de 2012.

Gelso Justino Matiello
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/06/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1581, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VICTOR MARAVALHAS FILHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1582, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ALBA LUCIA FONTES PIAZZA**, matrícula nº 4210, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1583, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALBA LUCIA FONTES PIAZZA, matrícula nº 4210, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-64, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1584, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANGELA MARIA GARIBOTTI**, matrícula nº 3652, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1585, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANGELA MARIA GARIBOTTI, matrícula nº 3652, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1586, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CARLA CRISTINA SCHE**, matrícula nº 2536, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1587, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLA CRISTINA SCHE, matrícula nº 2536, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1588, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CESAR AUGUSTO PEREIRA OLIVEIRA**, matrícula nº 6622, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1589, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CESAR AUGUSTO PEREIRA OLIVEIRA, matrícula nº 6622, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-74, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1590, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GABRIELLA DA SILVA ROSA PEREIRA**, matrícula nº 6284, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1591, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GABRIELLA DA SILVA ROSA PEREIRA,

matrícula nº 6284, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-78, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1592, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA AMÁLIA FIABANE**, matrícula nº 6992, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1593, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA AMÁLIA FIABANE, matrícula nº 6992, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1594, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT**, matrícula nº 2924, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1595, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT, matrícula nº 2924, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1596, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **IDELVINO LUIZ FURLANETTO**, matrícula nº 2551, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1597, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IDELVINO LUIZ FURLANETTO, matrícula nº 2551, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1598, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JORGE SERGIO TURATTI**, matrícula nº 3025, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1599, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JORGE SERGIO TURATTI, matrícula nº 3025, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-84, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1600, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE**, matrícula nº 4176, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1601, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE, matrícula nº 4176, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1602, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MAIRA CAROLINA ABREU**

BERTEMES, matrícula nº 6758, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1603, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAIRA CAROLINA ABREU BERTEMES, matrícula nº 6758, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1604, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA FERNANDA MORETTI**, matrícula nº 4704, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1605, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA FERNANDA MORETTI, matrícula nº 4704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1606, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA IVONETE LESSA**, matrícula nº 2794, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1607, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA IVONETE LESSA, matrícula nº 2794, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1608, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MOACIR CARDOSO PEREIRA**, matrícula nº 5549, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1609, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MOACIR CARDOSO PEREIRA, matrícula nº 5549, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1610, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **NERI ANTONIO DEMETRIO**, matrícula nº 3126, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1611, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NERI ANTONIO DEMETRIO, matrícula nº 3126, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1612, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ODETE DE JESUS PRESTES DO NASCIMENTO**, matrícula nº 3213, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1613, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ODETE DE JESUS PRESTES DO NASCIMENTO, matrícula nº 3213, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas -).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1614, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 19 de junho de 2013.

Matrícula	Nome	Nível
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	PL/GAB-74
3461	FABRICIO DE SOUZA FARIAS	PL/GAB-71
3503	ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	PL/GAB-72
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	PL/GAB-74
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	PL/GAB-68
4028	ALACIR CARDOSO	PL/GAB-47
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	PL/GAB-68
5715	LUIZ CARLOS MENDES	PL/GAB-74
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	PL/GAB-64
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	PL/GAB-42
6090	MARILÚ BERETA CARDOSO	PL/GAB-41
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	PL/GAB-50
6553	SILVIA MENDES	PL/GAB-49
6557	MARIA JOSEFINA GAVA	PL/GAB-65
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	PL/GAB-45
6744	SERGIO SACHET	PL/GAB-64
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	PL/GAB-22
7140	PABLO AMARAL ANTUNES	PL/GAB-34
7149	GILBERTO FERREIRA	PL/GAB-35
7188	ALBINO REZENDE DE SOUZA	PL/GAB-33
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	PL/GAB-45
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	PL/GAB-45

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1615, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 19 de junho de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor
1095	NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES
1585	VANEO NIEHUES
9069	LAURO SONCINI JUNIOR

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1616, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **VANEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 19 de junho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1617, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 19 de junho de 2013.

Gab. Dep. Altair Guidi

Matrícula	Nome	Cidade
4028	ALACIR CARDOSO	CRICIÚMA
7188	ALBINO REZENDE DE SOUZA	ARARANGUÁ
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	ROMELÂNDIA
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	CRICIÚMA
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	BLUMENAU
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	TUBARÃO
7149	GILBERTO FERREIRA	CRICIÚMA
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	IÇARA
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	LAGUNA
5715	LUIZ CARLOS MENDES	CRICIÚMA
6090	MARILÚ BERETA CARDOSO	CRICIÚMA
7140	PABLO AMARAL ANTUNES	SÃO JOAQUIM
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	LAGUNA
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	IÇARA
6744	SERGIO SACHET	FLORIANÓPOLIS
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	FLORIANÓPOLIS
6553	SILVIA MENDES	IÇARA
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	CRICIÚMA
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1618, de 20 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ZENIR MARIA FIGUEIREDO**, matrícula nº 6080, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 20 de junho de 2013 (Gab Dep. Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 216.4/2013

Dispõe sobre a reserva de vagas preferenciais para gestantes e mães com crianças de até dois anos de idade, nos estacionamentos de *shopping centers* e supermercados no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica assegurada a reserva de vagas preferenciais para gestantes durante todo o período gestacional e mães acompanhadas por filhos com até dois anos de idade, nos estacionamentos mantidos por *shopping centers* e supermercados estabelecidos no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A utilização das vagas a que se refere esta Lei dar-se-á mediante a apresentação de adesivo de identificação específico, fixado no para-brisa do veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

§ 1º A obtenção do adesivo de identificação por parte da gestante dar-se-á exclusivamente mediante a apresentação à autoridade de trânsito local de laudo médico atestando o período gestacional.

§ 2º A obtenção do adesivo de identificação por parte da mãe de criança com até dois anos de idade dar-se-á exclusivamente mediante a apresentação da certidão de nascimento à autoridade de trânsito local.

Art. 3º As vagas preferenciais de estacionamento de que trata esta Lei deverão ser em número equivalente a 2% (dois por cento) do total existente no estabelecimento, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

§ 1º As vagas preferenciais de estacionamento devem possuir, no mínimo, 1/3 (um terço) a mais de área em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 2º A localização das vagas preferenciais de estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse no estabelecimento e a localização dos meios de circulação de pedestres.

Art. 4º É concedido o prazo de noventa dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas nesta Lei.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na primeira autuação; e

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 5º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 20/06/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa à obrigatoriedade da reserva, para gestantes e mães acompanhadas por filhos com até dois anos de idade, de vagas preferenciais nos estacionamentos mantidos por *shopping centers* e supermercados estabelecidos no Estado de Santa Catarina.

Seguindo tendência constitucional, a União, Estados e os Municípios têm implementado políticas públicas de inclusão social através de medidas legais que obrigam estabelecimentos públicos e privados a destinar vagas de estacionamento para idosos, deficientes e gestantes.

Assim, como forma de contribuir para uma sociedade mais livre, justa e solidária, a presente proposição objetiva criar maiores e melhores condições de autonomia às gestantes e às mães de crianças com até dois anos de idade do nosso Estado, facilitando-lhes a locomoção e o acesso aos suso mencionados estabelecimentos comerciais, efetivando seus direitos e garantias constitucionais e possibilitando o exercício pleno da cidadania.

Desta forma, trago o presente Projeto de Lei à consideração deste Parlamento, contando com a subsequente aprovação colegiada.

Deputado Serafim Venzon

*** X X X ***